



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Comunicação Social - Jornalismo

Projeto Experimental em Jornalismo

Orientador: Solano Nascimento

Uma análise da cobertura do processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2012

Lucas Marchesini Palma

Brasília – DF, fevereiro de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Comunicação Social - Jornalismo

Projeto Experimental em Jornalismo

Orientador: Solano Nascimento

Uma análise da cobertura do processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2012

Lucas Marchesini Palma

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do professor Solano Nascimento.

Brasília – DF, novembro de 2011

Palma, Lucas Marchesini

Uma análise da cobertura do processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2012.
Brasília, 2013. Total de páginas: 68.

Monografia apresentada à Universidade de Brasília, para a obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo.



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Comunicação Social - Jornalismo

Projeto Experimental em Jornalismo

Orientador: Solano Nascimento

Membros da banca examinadora

Membros da banca	Assinatura
1. Professor Doutor Solano Nascimento (Orientador)	
2. Professor Doutor David Renault	
3. Mestre Vivaldo de Sousa	
Menção Final	

Brasília – DF, fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Paola Barbosa Marchesini e Ernani Sales Palma, minhas pedras angulares. Em seguida, aos meus irmãos, Gabriel Marchesini Palma e Joana Marchesini Palma. Sozinhos, eles já são razão suficiente para seguir adiante.

A família, Marchesini e Palma, todos que me tornam a vida mais leve. Um destaque para aqueles que de certa maneira me trouxeram até aqui. Obrigado, Annamaria Marchesini e Moreno Bastos.

Aos amigos que me acompanham desde antes e aos que eu conheci na UnB, por dar sabor a vida. À Laís Alegretti, pela inspiração e vitalidade.

Por fim, agradeço também ao meu orientador, Solano Nascimento, por encontrar caminhos, mas não impô-los, e pela capacidade de reanimar o sonho. Um exemplo de profissional e exemplo de Professor.

“Se, antes de terminar o ano orçamentário, irrompesse uma guerra, que Deus nos livre, teríamos de dar permissão telegráfica ao comandante das fortificações, no primeiro dia de mobilização, ainda ao nascer do sol, para comprar fósforos; e se não o conseguissem, lá nos seus picos de montanha, só lhes restaria governar com os fósforos de seus ordenanças.”

Robert Musil. O Homem Sem Qualidades, 1989

RESUMO

O orçamento federal é o documento chave para toda a gestão pública. Seu processo de elaboração transcorre ao longo de todo ano em diversas etapas, todas amplamente cobertas pela mídia. Esta pesquisa se propôs a descrever a cobertura – *O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e Valor Econômico*. A partir dos dados obtidos e separados por período de publicação, fonte, tema da matéria e destaque, é constatada uma ampla predominância na cobertura das demandas salariais dos servidores públicos na cobertura do processo de elaboração do orçamento de 2012.

Palavras chave: LOA, LDO, Orçamento.

ABSTRACT

The federal budget is a key document in public administration. The process of writing de federal budget last one year and receive great attention from the media. This research has as objective describe the coverage of the subject in three newspapers - *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo e Valor Econômico* . With the data obtained separed by period o publication, source, theme and highlight, it is uncover a predominancy in the coverage of the salarial demands of the public workers on the process of writing the 2012 federal budget.

Key words: LDO, LOA, Budget

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei de Orçamento Anual
Ploa	Projeto de Lei Orçamentária Anual
OGU	Orçamento Geral da União

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	2
2.1	As rotinas jornalísticas	2
2.2	Jornalismo Econômico	4
2.2.1	Diferenças entre o jornalismo econômico e o jornalismo não especializado:	4
2.2.2	O desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil:.....	5
2.2.3	Características de produção do jornalismo econômico	8
2.3	Orçamento público	9
2.3.1	A História do Orçamento Público no Mundo.....	9
2.3.2	A História do Orçamento Público no Brasil.....	10
2.3.3	O Funcionamento do Orçamento Público Brasileiro.....	12
3.	METODOLOGIA	15
4.	APROFUNDAMENTO DO TEMA	18
4.1	A cobertura do Orçamento em <i>O Estado de S.Paulo</i>	19
4.2	A cobertura do Orçamento em o <i>Valor Econômico</i>	24
4.3	A cobertura do Orçamento em a <i>Folha de S.Paulo</i>	29
4.4	Comparação entre a cobertura nos três jornais.....	33
4.5	A cobertura por períodos.....	34
4.6	A cobertura por destaque.....	37
4.7	A cobertura por tema.....	38
4.8	A Cobertura por fonte	39
4.8.1	As fontes do Legislativo.....	40
4.8.2	As fontes documentais	41
4.8.3	As fontes do Executivo	42
4.8.4	As fontes em off.....	43
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6.	Referências bibliográficas	48
	ANEXOS.....	49

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento Geral da União (OGU) é um documento chave para a gestão da máquina pública. Contém a previsão de receita e o que será feito ao longo do ano pela União. O impacto para o cidadão é enorme, já que é a peça que reserva desde os montantes para gastos com aposentadorias, tanto do servidor público quanto do trabalhador da iniciativa privada, até os recursos para o pagamento da dívida mobiliária federal. Dessa forma, é possível inferir que todos os objetivos e políticas públicas do Estado brasileiro estão, de alguma forma, contidos nessa lei.

O trâmite da Lei Orçamentária Anual (LOA) é definido pela Constituição. A carta magna exige que no primeiro semestre de cada ano seja aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, nos seis últimos meses do ano, a LOA. Todo o processo é amplamente coberto por jornalistas devido a sua importância. O acompanhamento da imprensa é feito quase que exclusivamente no Legislativo, onde uma comissão com senadores e deputados federais é montada para debater o assunto. Assim, todo ano, os jornalistas destacados para escrever sobre o orçamento buscam informações sobre os mais diversos assuntos.

A importância do assunto motivou este estudo. Fui confrontado com a importância do tema ao trabalhar na Associação Contas Abertas, organização não governamental que serve como fonte de informações para assuntos orçamentários. Daí surgiu a ideia da monografia. Mais tarde, ao ir trabalhar para o jornal *Valor Econômico*, pude perceber ao longo das reuniões de pauta e nas discussões com colegas a relevância dada ao assunto dentro de um grande jornal.

O objetivo desta pesquisa é descrever e dimensionar a cobertura do processo de elaboração do orçamento de 2012, realizada ao longo de 2011, por dois dos maiores jornais generalistas do país – a *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* – além do principal jornal econômico do Brasil, o *Valor Econômico*.

A elaboração deste trabalho justifica-se pela própria relevância do tema. Dessa forma, é importante analisar como as informações sobre o assunto estão sendo passadas ao leitor. Para isso, é necessário ver que fontes estão sendo ouvidas, quando a informação está chegando ao público, sobre o que está sendo escrito e a visibilidade do assunto. A partir daí, é possível ver se o jornalismo está contribuindo para um debate sobre o assunto ou apenas repetindo vícios.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho se baseia em três vertentes. Em primeiro, o newsmaking, já que ele permeia a cobertura do processo de elaboração do orçamento. Em seguida, vem as peculiaridades do jornalismo econômico. Por fim, dados sobre orçamentos.

2.1 As rotinas jornalísticas

A produção de uma notícia, desde o acontecimento até sua veiculação, passa por uma série de processos dentro da redação com o objetivo de formatar o fato aos modelos jornalísticos. Esses processos são as rotinas jornalísticas e influenciam significativamente o produto final oferecido, já que é essa dinâmica que, por exemplo, define o que terá destaque, a abordagem dada à matéria e até mesmo se o assunto, diante do pouco espaço ou tempo disponível, merece ser levado a público.

Em primeiro lugar está a noticiabilidade do assunto. Como explica o pesquisador português Nelson Traquina, “os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – ter noticiabilidade” (2005, pg.180). Desse modo, o que não possui essa característica está condenado ao esquecimento, pelo menos do ponto de vista jornalístico. É o que diz o catedrático italiano Mauro Wolf, “não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a «matéria-prima» que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa” (1999, pg.189).

Os critérios que levam à separação entre o que é notícia e o que não merecer ser levado ao conhecimento do público não são objetivamente delineados pela empresa. Assim, os valores-notícias são um conjunto de regras práticas que ditam o que será levado a público. Para Wolf, “esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (1999,pg. 195).

Outro fator que dita o que será noticiado é o tempo. O horário de fechamento é predeterminado e extremamente rígido, apesar de em raras exceções ser ajustado. Esta pressão, segundo Traquina, leva as organizações jornalísticas a tentar organizar o caos que é o surgimento dos fatos, já que um acontecimento não tem hora nem local para surgir.

Desse modo, a imposição de uma ordem no espaço passa por priorizar locais onde o surgimento de notícias é mais propício do que em outros. Para isso, as empresas dividem o espaço tanto geograficamente como organizacionalmente, através da setorização do corpo de repórteres. Nessa sistemática, cada jornalista é responsável por cobrir determinado órgão ou empresa, por exemplo. A divisão também é feita através da temática da cobertura (educação, inflação ou o orçamento são exemplos disso).

A organização tempo, ou seja, a hora em que acontece o que será noticiado em relação ao horário em que a reportagem será veiculada, passa pelo ritmo do próprio veículo noticioso, explica Traquina. Esse ritmo, apesar de ter um modelo para cada tipo de veículo (internet, jornal, rádio, revista e televisão), tem especificidades em cada empresa. “Também se espera que os acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho. Durante estas horas, as organizações jornalísticas têm o grosso de seus repórteres e fotógrafos disponíveis para cobrir estórias” (2005. pg.181).

Quanto mais distante desses horários, maior terá de ser o valor-notícia para que ele justifique uma cobertura. Além disso, o jornalismo tem uma agenda com os acontecimentos previstos, o que funciona como uma previsão do que merece virar notícia. Essa agenda contém divulgações periódicas e fatos anunciados, como o envio das propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Congresso, cujas datas são fixadas pela Constituição. Por fim, o próprio ritmo do trabalho jornalístico, que tem o imediatismo como princípio chave, acaba enfatizando acontecimentos atuais e não as problemáticas, ou seja, no contexto em que o fato está inserido. A questão é mais sensível para a cobertura de economia, como será visto na parte desta referência bibliográfica referente ao jornalismo econômico.

No fim da rotina está o produto acabado, o jornal do dia, o radiojornal, o telejornal ou a página na internet, que tem uma organização própria, com uma hierarquização dos fatos. Essa hierarquização obedece a uma série de princípios. A maneira de apresentar a notícia depende, como explica Wolf (1999, pg.212), da imagem que os jornalistas têm do seu público. É a

partir daí que o profissional define o que é mais importante para o público e define a ordem na qual as notícias serão apresentadas.

A definição do que é mais relevante, dentre todas as notícias disponíveis (processo que, como visto, já envolve uma primeira hierarquização), se utiliza dos critérios de noticiabilidade e funciona “como linha-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário” (Wolf 1999,pg. 196). São esses critérios que definem qual será a manchete do jornal ou o que estará escondido dentro de suas páginas.

2.2 Jornalismo Econômico

Os conceitos jornalísticos sofrem alterações significativas quando aplicados ao jornalismo econômico. Devido a sua especificidade, o gênero acaba tendo rotinas alternativas, assim como outros critérios de noticiabilidade. A seguir, essas diferenças são ressaltadas e explicitadas.

2.2.1 Diferenças entre o jornalismo econômico e o jornalismo não especializado:

Bernardo Kucinski (1996), pós-doutor em comunicação e professor de jornalismo econômico na Universidade de São Paulo (USP), diferencia o jornalismo de economia do resto da prática jornalística, que ele chama de jornalismo genérico. A necessidade de diferenciação existe, pois, segundo Kucinski, os critérios de noticiabilidade não seriam os mesmos para os dois gêneros de jornalismo. Para ele, no jornalismo genérico, a notícia está no fato excepcional, em algo que fuja do comum. Outra característica dessa modalidade de jornalismo é a personificação, ou seja, a aproximação do fato com a realidade por meio de pessoas que tenham passado pela experiência.

Já no jornalismo econômico, o interesse está em processos contínuos e em sistemas, características do processo econômico. Assim, a singularização de um fato econômico é feita através da linguagem jornalística, apesar de o fato em si ser parte de uma evolução. Essa singularização é interpretada com o auxílio das leis e regras da ciência econômica. A singularização de um processo evolutivo pode levar, às vezes, a conflitos.

Desse modo, Kucinski afirma que “o jornalismo genérico opera no marco da organização política das sociedades no qual o homem é o sujeito da história e todos os homens são, em

tese, iguais. Nesse marco, o objeto principal do jornalismo é o homem. Seus valores referenciais são a verdade, a justiça, a fraternidade” (1996, pg. 176). Em contraste com isso, o jornalismo econômico foca seus esforços em mecanismos de geração de riquezas e em sua acumulação. A sua atenção está voltada para a produção de lucros.

Os valores de referência para essa especialidade são o sucesso, a esperteza e a verdade, nessa ordem, segundo Kucinski. Por sofrer grande influência das teorias econômicas, o jornalismo de economia põe o ser humano como uma variável dentro do sistema, não sendo, portanto, o objeto principal. O estudioso conclui afirmando que “o jornalismo econômico não é apenas uma especialização, é uma modalidade de jornalismo, referenciada por uma ética própria” (1996, pg.176). Ética essa que, por vezes, entra em confronto com a ética do jornalismo genérico. Essas diferenças, para Kucinski, estariam particularmente presentes no jornalismo econômico brasileiro.

Aylê-Salassie Filgueiras Quintão (1987), mestre em comunicação, doutor em história pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB), também apresenta uma definição para o jornalismo especializado em economia. Segundo ele, as características que definem o jornalismo econômico são a divulgação sistemática de notícias relacionadas a problemas macroeconômicos ou da economia de mercado. Para isso, as fontes utilizadas pelos jornalistas seriam economistas, banqueiros, projetos, balanços e relatórios. As fontes seriam também o público leitor do jornalismo econômico. Esse círculo que compreende a produção da notícia econômica (a fonte como leitor) acabou permitindo que o jornalismo de economia se tornasse hermético. Ainda segundo Quintão, o jornalismo econômico é altamente especializado, justamente por causa de seu excesso de termos técnicos e especificidades.

2.2.2 O desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil:

Por ser uma modalidade específica de jornalismo, o jornalismo econômico no Brasil surgiu depois do jornalismo genérico, dele derivando. Quintão (1987) define a sua formação em três etapas distintas.

A primeira etapa, existente a partir do final da década de 40 e início da década de 50, é a dos jornais do comércio, da indústria e das colunas de economia. Durante esse período, as notícias econômicas nos grandes jornais são compostas por pequenas notas ou artigos isolados. Essas

notas e artigos tratavam apenas de assuntos específicos do interesse de comerciantes, cafeicultores. As informações contidas nessas matérias tratavam de produção, exportação, movimento de portos e taxas cambiais. Nos grandes jornais, a notícia econômica não era distinguida do jornalismo genérico e a preferência, na época, era pela cobertura política. As informações tinham como origem agências estrangeiras, câmaras de comércio ou o Ministério da Fazenda, na época localizado no Rio de Janeiro.

Nesse primeiro momento, a cobertura especializada era feita por Jornais do Comércio. Essas publicações eram de responsabilidade de associações patronais. Quintão explica que esses periódicos eram financiados por editais de cartório, protestos, atas de assembleias, balanços de empresas, ou comunicados de empresas ao público. Esses Jornais de Comércio eram respeitados em seu meio de circulação. O público era reduzido a um pequeno grupo de interessados.

A segunda fase é, para Quintão, a do Jornalismo de Negócios. Essa subcategoria do jornalismo econômico se diferencia por ser voltada exclusivamente para operações econômicas e financeiras de mercado. Essa prática teve como principal expoente a *Gazeta Mercantil*, os boletins (newsletters) e as revistas de economia.

Esse período tem como marco inicial um encarte no *Correio da Manhã* chamado *Diretor Econômico*. O encarte tratava somente dos negócios praticados na iniciativa privada. Esse jornalismo de negócios, segundo Quintão, não abordava assuntos polêmicos. Ele tratava de uma forma positiva operações financeiras, aberturas de capitais e questões ligadas a produção industrial e agropecuária. Ele discutia ainda questões de cunho acadêmico e alguns indicadores econômicos como o déficit público.

A consolidação desse jornalismo vem com a *Gazeta Mercantil*, fundada com esse nome em 1977 (antes era um boletim de economia). Outras publicações existentes na época eram os boletins de economia (ou newsletters). Esses boletins “funcionam como ativadores dos negócios ao fornecerem informações e análises atualizadas específicas sobre as oportunidades e condições de compra e venda de produtos básicos ou industrializados no país ou no exterior” (Quintão, 1987, pg.84). Outra modalidade de publicação eram as revistas de economia, entre elas a *Exame*, da editora Abril, que existe até hoje.

Por fim, Quintão conceitua a aparição do jornalismo econômico como o praticado hoje. Essa prática englobaria as duas anteriores, mas com uma abordagem predominante para a macroeconomia. Ele explica que a cobertura regular de assuntos de economia por parte dos

grandes jornais começa nos anos 60. A partir desse momento, a especialização do jornalista que cobre a área se torna, também, inevitável. Surgem os jornalistas que tratam exclusivamente de assuntos de economia, assim como editores especializados na área. Assim são criadas no Rio de Janeiro e São Paulo as primeiras editorias de Economia. Gradualmente elas se espalham pelos jornais regionais, principalmente através das agências de notícias nacionais e internacionais.

Segundo Quintão, a instalação da ditadura militar em 1964 no Brasil, e junto com ela a censura aos veículos de comunicação, resultou em um enxugamento do noticiário político. O jornalismo econômico aproveitou o vácuo criado e cresceu, ocupando mais e melhores páginas. Ele afirma que ele chega a ser “em alguns momentos, hegemônico dentro do noticiário” (1987, pg.95). Nesse momento surgem também os correspondentes estrangeiros especializados em economia.

Kucinski (1996) afirma que a grande desordem monetária em escala mundial (fim do padrão ouro para o dólar em 1971, entre outros fatores) ajudou a trazer, no mundo, o jornalismo econômico para o primeiro plano, tirando o destaque para a cobertura política.

Um novo momento no jornalismo econômico brasileiro surgiu com a criação das agências de tempo real, com particular destaque para a Broadcast, do Grupo Estado. Jaqueline de Paiva e Silva (2002) explica que, a partir dos anos 90, houve um forte crescimento dessas agências. Elas têm como prioridade a transmissão rápida de informações econômicas. O seu principal cliente é o mercado financeiro.

Assim, como explica Paiva e Silva, a Broadcast, um dos principais produtos da *Agência Estado*, acaba influenciando significativamente a rede de mídia do grupo Estado. Essa influência se espalha gradualmente para os outros veículos jornalísticos brasileiros, devido à influência crescente do tempo real para as fontes econômicas, tanto privadas quanto públicas. O resultado, para a autora, é uma mudança na cobertura econômica. Ela seria caracterizada por um grande destaque ao factual, ponto de predileção da cobertura nas agências de tempo real, a homogeneização da produção, visto que as agências se tornam “pauteiras” para os concorrentes, e uma tendência à priorização de uma visão técnica sobre o tema. É de se destacar que esse movimento continua, visto que a Broadcast ainda funciona e outros veículos de mídia, como o *Valor Econômico*, criam o seus produtos nessa área.

2.2.3 Características de produção do jornalismo econômico

O jornalismo econômico, em oposição ao jornalismo genérico, possui um alto grau de especialização. A consequência dessa especialização é o grande número de termos técnicos utilizados em suas coberturas. Quintão afirma que, com a especialização do jornalismo econômico, seus praticantes introduzem em suas matérias “conceitos, palavras e outros símbolos da linguagem que só têm sentido enquanto abstrações na área da ciência, ou enquanto práticas de operação no mundo dos negócios” (1987, pg 83).

Kucinski (1996) explica que um dos principais problemas dessa linguagem vem do fato de o jornalismo econômico ter dois públicos bem diferentes. Um deles seriam as próprias fontes. Pessoas que operam no mercado ou no setor público que possuem grande conhecimento teórico em economia. O segundo leitor seriam pequenos e médios empresários, além do grande público. Essa segunda parcela, por não conhecer os termos técnicos, estaria automaticamente impossibilitada de compreender a mensagem da notícia.

O conteúdo jornalístico nas reportagens de economia, segundo Kucinski, tem como características o consensualismo, o dogmatismo, a ingenuidade, o oficialismo, o entreguismo e o deslumbramento. Desse modo, as matérias econômicas, geralmente, apresentam apenas uma visão, fugindo da oposição de ideias, visão essa advinda das teorias econômicas. Sua apresentação sem reflexão levam ao dogmatismo e à ingenuidade. Esta última característica também se relaciona com o oficialismo. O jornalismo econômico é muito preso ao discurso oficial dos agentes econômicos do Estado. O entreguismo e o deslumbramento estão relacionados com a posição do Brasil na ordem econômica global.

Outra especificidade (mas não exclusiva) do jornalismo econômico é o grande número de matérias antecipatórias. Segundo David Renault (1997), esse discurso consiste nas “tentativas de antecipar o anúncio de futuras medidas ou decisões, através da publicação do seu conteúdo na imprensa” (1997, pg. 5). Essa prática se tornou mais comum após a edição do Plano Cruzado, em 1986¹.

A antecipação das possíveis decisões de governo na área econômica tem, de acordo com Renault, várias consequências. A maioria é de cunho mercadológico, como variação no câmbio ou no preço de determinado produto, mas algumas levariam a mudanças no equilíbrio de forças políticas existentes

¹ Renault explica que o governo não vazou nenhuma informação relativa ao Plano Cruzado antes de sua aplicação. Disso dependia o seu sucesso, visto que grande parte do pacote tratava sobre congelamento de preços. Assim, para ele, o jornalismo após o Plano Cruzado passou a tentar antecipar todas as decisões econômicas.

dentro do Estado e a alterações nas medidas antecipadas, advindas das reações à antecipação do conteúdo da medida (Renault, 1997, pg 6).

2.3 Orçamento público

O estudo do orçamento público é dividido em três partes. Primeiro, é necessário explicar o surgimento do orçamento público no mundo, suas razões de existir. Em seguida, é explicado como o instrumento de controle e organização do Estado chegou ao Brasil. Por fim, é essencial explicar o trâmite do Orçamento, conhecimento necessário para a cobertura do processo de elaboração do Orçamento.

2.3.1 A história do Orçamento Público no Mundo

O embrião do Orçamento Público, conceito utilizado por pesquisadores da área para diferenciá-lo dos orçamentos privados com prerrogativas e funcionamento diversos, está na Magna Carta do rei inglês João Sem Terra, assinada em 1217. Em seu décimo-segundo artigo, segundo o mestre em administração e professor da Universidade de Brasília James Giacomoni, o rei concordava em ceder à Câmara dos Comuns (a precursora da Câmara dos Deputados) a autoridade para criar novos impostos. Assim, Giacomoni afirma que “mesmo não envolvendo o lado da “despesa pública”, o artigo 12 da Magna Carta é geralmente considerado pelos tratadistas como uma espécie de embrião do orçamento público” (2005, pg. 176).

É muito mais tarde, em 1787, com a sanção da Lei do Fundo Consolidado, que o Estado inglês passa a contabilizar os recursos públicos e, a partir de 1802, a publicar anualmente um relatório detalhado com as finanças públicas. A partir de 1822, o chanceler do Erário – pessoa responsável pelo orçamento na Inglaterra – apresenta ao Parlamento a arrecadação e os gastos de cada exercício. Para o pesquisador norte-americano Jesse Burkhead, “essa data como a que marca o início do orçamento, plenamente desenvolvido, na Grã-Bretanha” (1971, pg. 5).

O orçamento público inglês tem particular importância na história do orçamento público no mundo por ter iniciado o processo que levou à adoção do sistema em grande parte do planeta. Foram também os ingleses que delinearão a natureza técnica do orçamento, como instrumento particularmente útil de governança e controle entre os poderes.

Outros conceitos importantes para o desenvolvimento do orçamento como ele é conhecido hoje têm raízes na França. Lá, a base do orçamento público também está na adoção de uma lei que limitava a criação de impostos. A medida, editada após a revolução francesa, em 1789, pedia uma consulta popular, por meio de seus representantes, como exigência para criar impostos. O controle parlamentar sobre o orçamento federal começa, de fato, em 1831.

O orçamento francês criou, segundo Giacomoni, quatro dispositivos básicos que estão presentes no orçamento público brasileiro. Em primeiro lugar, a partir de 1815, o orçamento passa a ter como período de referência um ano completo. Em seguida, está o costume de votar o orçamento antes do início de seu exercício. Dessa forma, o orçamento passa a se referir ao ano que vem, prevendo receitas e despesas, e não mais ao ano que passou. Em terceiro lugar está o princípio da universalidade, ou seja, a peça orçamentária deve conter todas as previsões financeiras para o exercício a que se refere. Por fim, está o princípio da não afetação das receitas, que pede que as receitas não estejam vinculadas a despesas específicas.

Outros dois princípios orçamentários surgiram nos Estados-Unidos. Em 1921, a Lei de Orçamento e Contabilidade (Budget and Accounting Act) determinou que o orçamento federal seria elaborado pelo Poder Executivo e analisado pelo Poder Legislativo. Até então, pelo menos de maneira formal, o encargo de redigir a peça orçamentária era do Congresso. A medida gerou um grande aumento de poderes para o Executivo. Para corrigir o desequilíbrio entre os dois poderes, criou-se a Lei de Orçamento e Retenção de Recurso do Congresso, em 1974, que melhorou a participação dos parlamentares na elaboração do orçamentos, o que tirou o Congresso o papel de apenas autorizar o que era pedido pelo Executivo.

2.3.2 A História do Orçamento Público no Brasil

No Brasil, a contabilidade estatal começou em 1808, quando o rei D. João VI fugiu de Napoleão, deixando Portugal e transformando o Rio de Janeiro na capital do império. Assim, ao abandonar a condição de colônia, o país passou a ter um orçamento próprio. No mesmo ano em que chegou, o rei abriu os portos brasileiros, o que cria a necessidade de um controle maior na cobrança de tributos. Para isso, foram criados o Erário Público (que hoje corresponderia à Receita Federal do Brasil, vinculada ao Ministério da Fazenda) e o regime de contabilidade.

Em 1824, com a elaboração da Constituição Imperial, surgiriam as primeiras exigências para a criação de um orçamento formal. O artigo 172 da Carta pede que “o ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos às despesas das suas repartições, apresentará na Câmara dos Deputados, anualmente, logo que estiver reunida, um balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro e da importância de todas as contribuições e rendas públicas” (2005, pg. 45).

Giacomoni explica que “o dispositivo, avançado para a época, teve dificuldade de ser implementado nos primeiros anos. [...] os deficientes mecanismos arrecadadores em relação às províncias, as dificuldades nas comunicações e certos conflitos com normas legais, oriundas do período colonial, foram considerados [...] como fatores que frustraram aquela lei orçamentária” (2005, pg. 52). Desse modo, o primeiro orçamento brasileiro veio à luz apenas em 1830, correspondente ao exercício compreendido entre 1-7-1831 e 30-6-1832.

Seguindo o ritmo das mudanças políticas no país, a primeira alteração importante no processo orçamentário brasileiro surgiu com a Proclamação da República, em 1891. Giacomoni explica que as mudanças são principalmente na distribuição das competências em relação a elaboração da peça orçamentária. A criação do documento passa a ser do Congresso Nacional. É nessa Constituição que é criado o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de auxiliar os parlamentares nas questões orçamentárias.

A prerrogativa de criação do orçamento ficou para a Câmara dos Deputados. Arízio de Viana, fundador e primeiro diretor da Revista Brasileira de Economia e diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) durante o segundo governo Getúlio Vargas, diz, porém, que a iniciativa “sempre partiu do gabinete do ministro da Fazenda que, mediante entendimentos reservados e extra-oficiais, orientava a comissão parlamentar de finanças na confecção da lei orçamentária”(1950, pg. 76).

As diversas iniciativas e mudanças extra-oficiais, adquiridas na experiência de elaboração orçamentária, foram consolidadas e transformadas em lei em 1922, no Código de Contabilidade da União. O dispositivo legal formalizou o que acontecia informalmente desde a aprovação da Constituição de 1891 e fixava que o governo deveria enviar até o último dia de maio de cada ano as diretrizes para que o Congresso elaborasse a peça orçamentária, ou seja, fixava a despesa e a receita para o ano subsequente. A proposta deveria seguir para o Congresso com a forma de uma lei acabada.

Em 1934, quatro anos após a chegada de Getúlio Vargas ao poder e sob a luz da Constituição por ele outorgada no meio daquele ano, a elaboração do orçamento federal passou a ser de responsabilidade da Presidência da República. Esse ponto mostra o grau de centralização na questão orçamentária na terceira Constituição brasileira. Ao Legislativo cabia votar a proposta e no fim do exercício julgar a sua execução. Os parlamentares não tinham limites para emendas à peça orçamentária, o que, para Giacomoni caracteriza a “co-participação” dos dois poderes na elaboração da lei.

Como consta nos livros de história, a Constituição de 34 durou apenas três anos. Uma nova Carta Magna foi decretada em 1937 após a instauração da ditadura de Vargas, o Estado Novo. A partir desse ano a elaboração do projeto de lei orçamentária seria feita por um órgão técnico ligado à Presidência da República e votado pela Câmara dos Deputados e um Conselho Federal, espécie de Senado, com dez membros nomeados pelo governo.

As próximas mudanças significativas vieram com a Constituição derivada da ditadura militar, outorgada no início de 1967. Seguindo o modelo autoritário do próprio sistema político da época, a Carta manteve a iniciativa de criação do orçamento no Executivo e vedou aos parlamentares emendas que aumentassem a despesa global ou de cada órgão, programa, projeto ou até mesmo que modificassem montantes, naturezas e objetivos. Restava ao parlamento aprovar a peça, “já que a hipótese de rejeição era impossível de ser considerada, pois o governo não teria como iniciar seu exercício financeiro sem um orçamento como guia” (2005, pg.56), ressalta Giacomoni.

A atual Constituição, promulgada em 1988, trouxe de volta prerrogativas do Legislativo que foram abandonadas pela ditadura militar. O parlamento poderia, a partir de então, propor emendas ao Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Executivo. Além disso, a Constituição criou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deve ser aprovada sempre no primeiro semestre de cada ano e contem os denominadores políticos a ser observados na elaboração do Orçamento Geral da União. Porém, o Orçamento brasileiro é de caráter facultativo, ou seja, o Executivo não é obrigado a executar o total disposto para determinado programa. Dessa maneira, o Orçamento funciona como um limite de gasto.

2.3.3 O Funcionamento do Orçamento Público Brasileiro

Como ressaltou o estudioso Wagner Maia, analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas na Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo, as características do Orçamento

Público brasileiro são intrinsicamente ligadas a sua evolução política. Ele separa as constituições entre as outorgadas (1824, 1934, 1937 e 1969) e as promulgadas (1891, 1946, 1967 e 1988). “Esse processo político (Constituição outorgada ou promulgada) vai delinear de forma expressa quem tem a iniciativa de elaborar, aprovar, executar e controlar a lei orçamentária”, explica Maia. (2010, pg. 8).

A Constituição de 1988, também chamada de Constituição cidadã, está entre as promulgadas e é a que rege as leis do país atualmente. É a Carta Magna que disciplina o processo orçamentário e deixa claro o objetivo do dispositivo, que é de oferecer participação do Poder Legislativo na elaboração do orçamento. “Desde seus primórdios , a instituição orçamentária foi cercada de uma série de regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade: auxiliar o controle parlamentar sobre os Executivos” (2005, pg.70), conceitua Giacomoni.

O orçamento federal tem como objetivo operacionalizar os diversos programas de governo, que vão desde a administração das próprias autarquias até, por exemplo, o pagamento da aposentadoria. Ele é anual e sempre compreende o exercício subsequente entre o dia 1º de janeiro e 31 de dezembro. No caso do objeto desta monografia, por exemplo, a peça, elaborada, discutida e aprovada em 2011, disciplina o uso da verba pública em 2012.

A peça final, conhecida como Lei Orçamentária Anual (LOA), é resultante de dois outros documentos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), documento aprovado sempre no primeiro semestre do ano e que dita os parâmetros que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deverá obedecer, além de fixar objetivos e metas.

As duas peças, por sua vez, são subordinadas ao Plano Plurianual (PPA) que, como explica Giacomoni, é a “síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual” (2005,pg.200).

O PPA compreende um período de quatro anos, sendo que ele parte do segundo ano de mandato do presidente até o fim do primeiro ano do sucessor. Ele é levado ao congresso até quatro meses antes do fim do exercício. Desse modo, para que qualquer dispositivo possa constar na LOA, ele deve estar disposto no PPA e na LDO. Ambos, LDO e PPA acabam tendo o papel de aumentar a participação do Congresso na elaboração dos orçamentos.

A LOA é composta de três partes: o orçamento fiscal, o de seguridade social e o de investimento das empresas estatais. O orçamento fiscal refere-se aos três Poderes e todos os

seus integrantes (fundações, autarquias, etc...). Empresas estatais também entram no orçamento quando não geram recursos suficientes para se manter. Desse modo, ele é a parte mais importante da LOA.

O orçamento da seguridade social abranje a saúde, a previdência social e a assistência social. Todas as despesas dos diversos componentes da administração pública que se encaixam nas três áreas citadas entram nessa peça.

Por fim, o orçamento de investimento das empresas estatais compreende apenas os gastos compreendidos nessa classificação. Outras finalidades, como custeio, não estão nessa peça e são de determinação de cada empresa, sem necessidade de ser apresentado ao Congresso.

3. METODOLOGIA

A realização desta monografia baseia-se na análise de conteúdo. Este procedimento é descrito por Bernard Berelson, pesquisador dos Estados Unidos, como “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações” (BERELSON, *apud* BARDIN, 2011, p. 42).

Assim, o estudo faz um levantamento de dados a partir de reportagens dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *Valor Econômico* e uma exposição e interpretação dos resultados obtidos. Os jornais foram definidos pela sua tiragem.

O jornal *Folha de S.Paulo* foi escolhido por ser o diário pago de maior tiragem no país. O *Valor Econômico* entrou no estudo por ser o maior jornal especializado em economia do país. O jornal *O Globo*, segundo com maior tiragem, a frente de *O Estado de S.Paulo*, portanto, foi substituído por este. Isso aconteceu pelo fato de o *Valor* ser fruto de uma parceria das Organizações Globo, que edita *O Globo*, com a *Folha de S.Paulo*. Assim, como a idéia era ter no corpus do estudo apenas três jornais, a manutenção de *O Globo* no levantamento faria com que a pesquisa se detivesse, na prática, sobre produtos de apenas dois grupos de comunicação do país.

A partir daí, foi delimitado o período de análise. Por se tratar da elaboração do orçamento em vigor, o de 2012, a faixa temporal escolhida foi de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011. As reportagens foram encontradas no banco de dados digital de cada jornal disponível para seus assinantes. Para a pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: LDO, diretrizes, orçamento, orçamentária, Ploa e LOA.

Todas as reportagens que continham quaisquer das palavras-chaves foram salvas em arquivos digitais. Em um primeiro momento, foram encontrados 57 textos de *O Estado de S.Paulo*, 34 da *Folha de S.Paulo* e 50 do *Valor Econômico*, totalizando 141 documentos. Em seguida, o material foi reduzido através da exclusão de outros gêneros jornalísticos que não a reportagem. Saíram do escopo desta monografia colunas, notas e editoriais dos três jornais.

Restaram para a análise 76 matérias, sendo 28 do *Estado de S.Paulo*, 28 do *Valor Econômico* e 20 da *Folha de S.Paulo*. As matérias não foram identificadas por editoria, já que não é o objetivo deste trabalho ver se a ênfase da cobertura é feita através da política ou da economia.

A partir daí, as informações analisadas foram retiradas de cada reportagem mantida no recorte final. Para sistematizá-las, foi criada uma tabela (ver anexos) com os seguintes campos: data de publicação da matéria, título da matéria, jornal, fontes utilizadas, período de publicação da matéria, tema central da matéria e destaque da reportagem na paginação de seu respectivo periódico e se ela teve chamada de capa.

Como ao realizar a pesquisa bibliográfica não foi encontrada nenhuma classificação de fontes que se adeque às especificidades desta análise, foi necessário criar um sistema próprio. Como a esmagadora maioria das fontes são oficiais, a separação privilegiou a distinção das fontes por poder – Executivo, Judiciário e Legislativo. Além disso, foi criado o campo de fontes documentais, já que a cobertura trata da elaboração de uma lei.

Dentro de cada classificação foram criados subgrupos de acordo com o número de citações. Dentro de Executivo, foi especificado se a fonte era do Ministério do Planejamento, Palácio do Planalto, ou de outros órgãos. No Legislativo, a distinção foi feita pelo campo político (situação ou oposição).

A distinção por fontes documentais primeiro separou as citações à LDO e à LOA, para em seguida reservar subcategorias para projetos de leis e documentos judiciais. Devido ao número restrito de fontes, não foi necessário criar subcategorias para as fontes do Judiciário e para os especialistas. Além disso, todas as fontes em off foram contabilizadas e repassadas pelo mesmo sistema de classificação

Para o período, primeiro foram definidos os dias em que eventos-chaves aconteceram no processo de elaboração do orçamento. Essas datas-chaves são o envio da LDO ao Congresso, a aprovação da LDO, o envio do Ploa ao Congresso e a aprovação do Ploa no Congresso. Assim, a partir desses eventos foi possível criar os períodos que serviram de base para a análise.

Eles são cinco: antes do envio da LDO, entre o envio e a aprovação da LDO, entre a aprovação da LDO e o envio do Ploa, entre o envio do Ploa e a aprovação da LOA e após a aprovação da LOA. Com a data da publicação, cada matéria foi enquadrada em uma das cinco possibilidades.

Para o destaque, foi salva uma versão em PDF da página na qual a matéria foi publicada. Além disso, cópias da capa, quando houve citação, também foram guardadas. A partir daí, foi criada a separação com quatro classificações: matéria com maior destaque (alto de páginas, com título em destaque e linha fina), matéria com o segundo maior destaque (meio de página, geralmente, e título em destaque), matéria com menor destaque (pé de página) e sub (matéria complementando uma principal). Em relação a chamada na capa, foi observado se a matéria era uma manchete ou não.

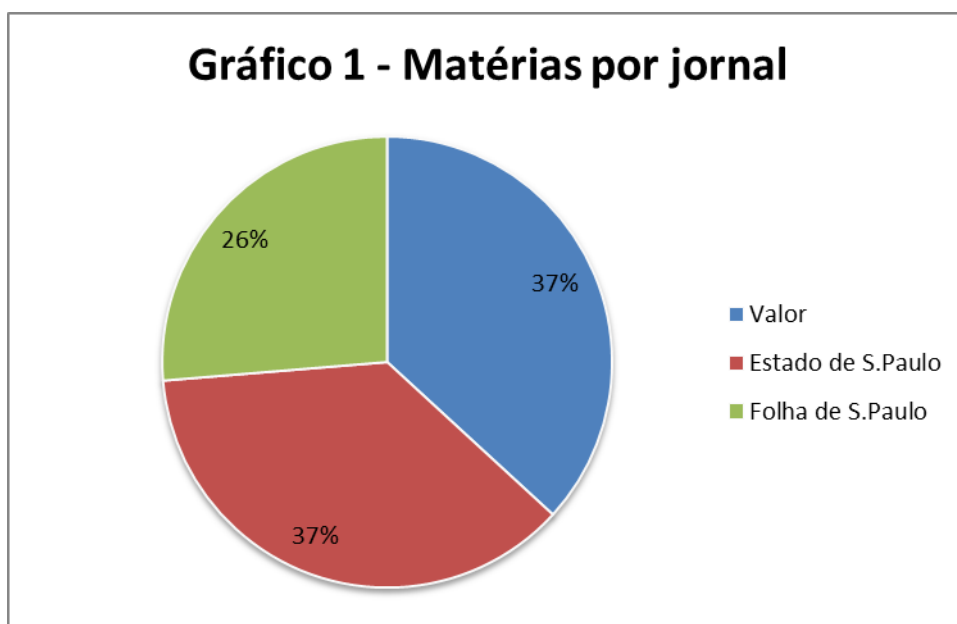
Após a criação da tabela principal, a informação de cada coluna (os campos analisados) foram separadas em tabelas individuais para simplificar o processo de aglomeração dos resultados. Assim foi possível somar o total de fontes, de temas, de destaques e de períodos de publicação.

A partir daí, foram criados os gráficos demonstrados ao longo do trabalho. Os gráficos serviram para a comparação e análise dos resultados obtidos, que em seguida levaram a redação desta monografia.

4. APROFUNDAMENTO DO TEMA

Durante o período analisado, de 6 de abril de 2011 (quando foi publicada a primeira matéria sobre o assunto no ano) a 31 de dezembro de 2011, os três jornais (*O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *Valor Econômico*) publicaram 76 matérias sobre o processo de elaboração do Orçamento da União. Isso equivale a uma média aproximada de duas matérias por semana sobre o assunto.

Tanto *O Estado de S.Paulo* quanto o *Valor Econômico* publicaram 28 matérias cada um. Já a *Folha de S.Paulo* publicou 20 matérias sobre o tema no período, como pode ser visto no gráfico a seguir.



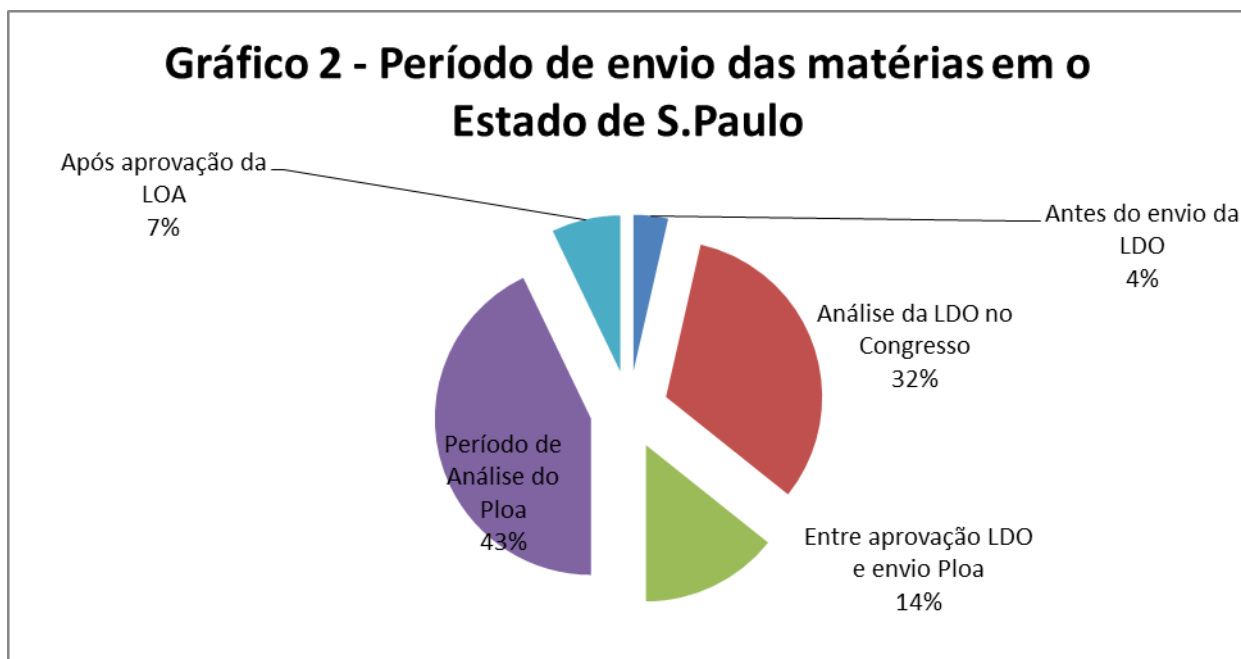
Dessa forma, é possível inferir que há uma predileção pelo tema tanto no *Valor Econômico* quanto pelo *Estado de S.Paulo* em comparação com a *Folha de S.Paulo*. Esta análise será corroborada ao longo desta monografia. Para tanto, é necessário um olhar detalhado sobre cada jornal.

4.1 A cobertura do Orçamento em *O Estado de S.Paulo*

O Estado de S.Paulo publicou 28 matérias sobre a elaboração do Orçamento de 2012 ao longo do período analisado. A primeira reportagem sobre o tema no jornal foi publicada em 15 de abril com o título “Relator da LDO acusa governo de dar ‘calote’” e tem como mote a escolha do deputado Marcio Reinaldo (PP-MG) como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012.

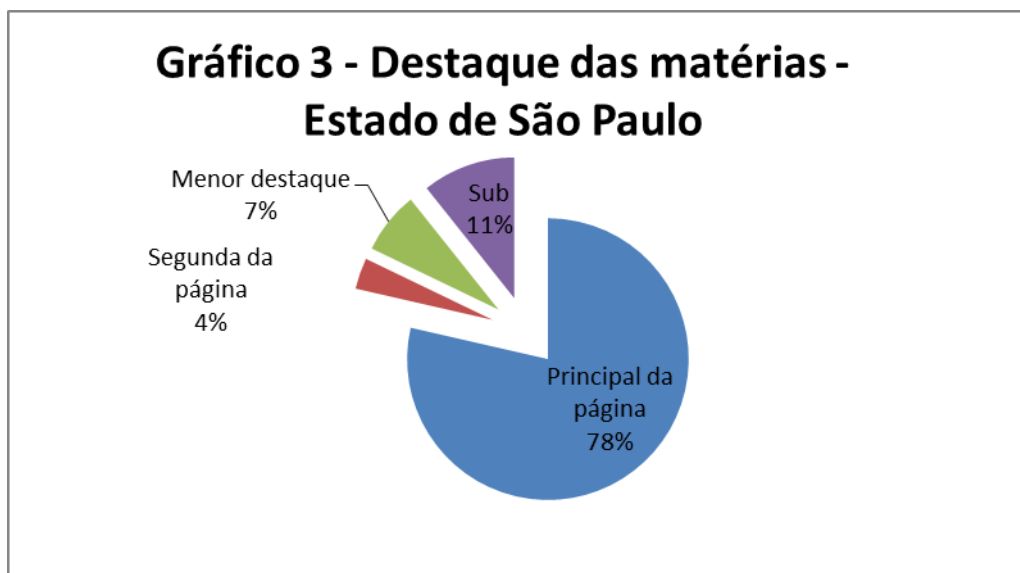
A publicação paulista encerrou a sua cobertura sobre o tema em 31 de dezembro de 2011 com a matéria “Governo deu ‘bônus’ de R\$ 300 milhões a parlamentares para aprovar Orçamento”. É de se ressaltar que o jornal foi o único a insistir no assunto após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012.

Das 28 matérias publicadas pelo *O Estado de S.Paulo* ao longo de 2011, uma foi antes do envio da LDO ao Congresso, nove durante a análise da LDO no Congresso, quatro entre a aprovação da LDO e o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2012 ao parlamento, doze durante a análise do PLOA no Legislativo e duas após a aprovação da LOA de 2012.



A cobertura do Orçamento teve um grande destaque nas páginas internas do *O Estado de S.Paulo*. Das 28 matérias publicadas, 22 foram a principal da página. Além disso, uma ficou

com o segundo lugar na paginação e outras duas ficaram no pé da página, com pouco destaque. Outras três matérias foram textos de apoio da matéria principal. Dessa forma, 78% (quase quatro quintos) das reportagens tiveram destaque significativo, como pode ser visto no gráfico a seguir.



Do total de matérias, duas tiveram chamada na capa do jornal, o que representa 7% do total. Ambas decorreram da cobertura factual da elaboração do Orçamento e se deram sobre fatos consumados.

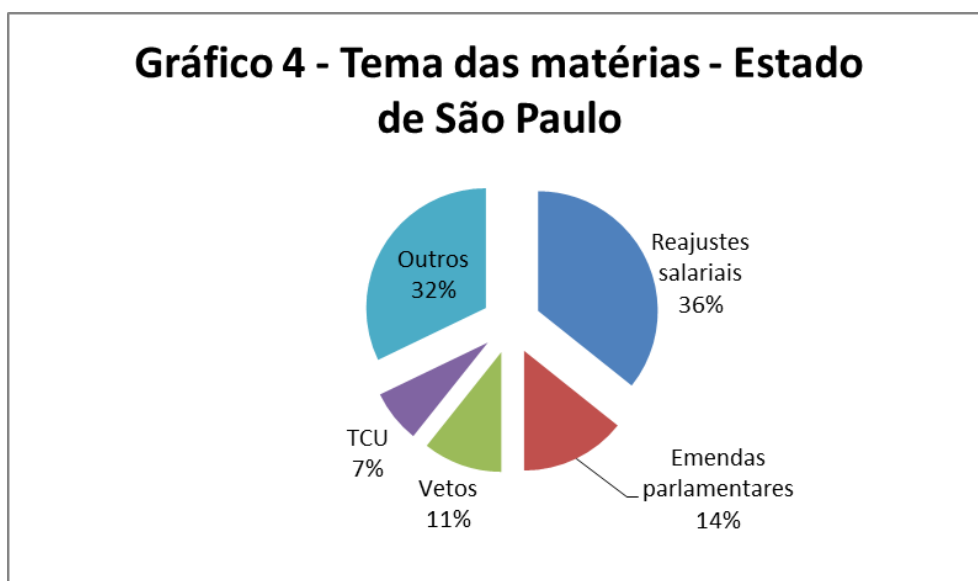
A primeira foi publicada em 14 de julho e trata sobre a aprovação da LDO no Congresso. A matéria funciona como um resumo dos principais pontos da lei discutidos na imprensa. Além disso, o texto avança e aponta os prováveis vetos que a presidente Dilma Rousseff faria à LDO. A chamada na capa, logo ao lado da manchete, diz “LDO passa no Congresso com trava a gasto público”.

A segunda tem como título “Governo veta reajuste real a aposentados” e foi publicada no dia 18 de agosto. A matéria relata os vetos feitos pelo Palácio do Planalto à LDO, confirmando as antecipações da reportagem relatada acima. A matéria tem um destaque significativo. É a única da sua página e conta com um texto de apoio e uma extensa ilustração destrinchando os diversos vetos. A matéria também retoma as discussões relatadas ao longo do período de cobertura da LDO.

O destaque dado à questão do reajuste para aposentados na segunda chamada de capa do *Estado de S.Paulo* evidencia, de certa forma, o grande espaço reservado à questão dos

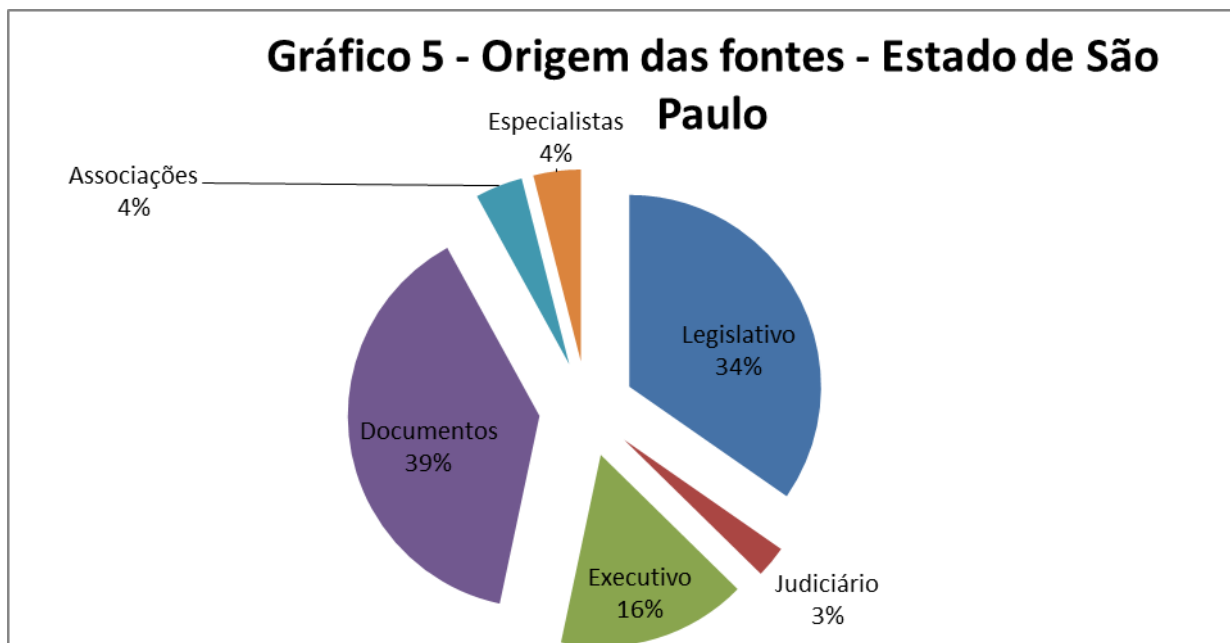
reajustes salariais na cobertura da elaboração do Orçamento de 2011. A análise fica clara quando o foco está no tema central das matérias publicadas pelo jornal ao longo de 2011.

De fato, os diversos reajustes, incluindo o reajuste da aposentadoria para beneficiários que recebem mais de um salário mínimo, foram os temas mais explorados ao longo de 2011. Em seguida vêm as emendas parlamentares, com quatro matérias. Outros temas abordados algumas vezes foram os vetos à LDO (três vezes, sendo que uma antecipação e duas factuais) e tentativas do Executivo de restringir poderes do Tribunal de Contas da União (TCU) (duas matérias).



Das dez matérias do *Estado de S.Paulo* que trataram dos reajustes salariais, nove foram publicadas durante o período de análise do PLOA, que como visto no gráfico 2 respondeu por 43% das matérias, com doze matérias no período. Dessa forma, é possível afirmar que a predominância de matérias no período em *O Estado de S.Paulo* se deve à extensa cobertura da campanha por reajustes salariais empreendidas pelos servidores públicos em 2011.

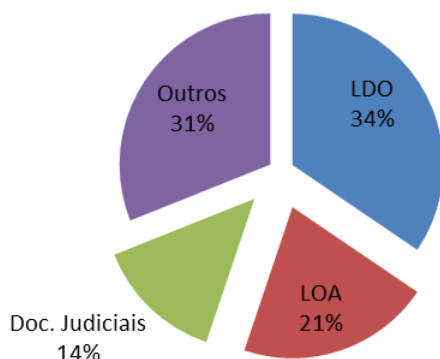
Nas 28 matérias publicadas no período, *O Estado de S.Paulo* utilizou 75 fontes, o que dá uma média de 2,67 fontes por matéria. O jornal apresenta uma nítida preferência por fontes documentais (textos da LDO e da LOA, principalmente) e do Legislativo, com 29 e 26 fontes de cada, respectivamente. Em seguida vêm fontes do Executivo (12), de associações de classe (3), especialistas (3) e do Judiciário (2).



O Estado de S.Paulo utilizou cinco fontes em off durante a cobertura do Orçamento em 2011, o que representa 7% do total de fontes utilizadas no período. As fontes em off são quase todas (quatro) do Executivo. A outra é do Legislativo. Um bom exemplo é a matéria “Dilma resiste ao Supremo e mantém Orçamento para controlar reajustes”, publicada em 24 de setembro com duas fontes em off, ambas do Executivo - a “equipe econômica” e “um assessor da Presidência”. A informação passada pela equipe econômica - de que o governo teme um efeito cascata caso o Judiciário ganhe o reajuste salarial - é peça importante da matéria e está no lide e na linha fina da matéria.

As fontes documentais, que como visto no gráfico anterior foram as mais utilizadas pelo *O Estado de S.Paulo*, estão em 24 das 28 matérias publicadas pelo jornal, o que representa 86% do total. A mais citada foi a LDO (dez vezes), seguida pela LOA (seis vezes), e documentos judiciais (quatro vezes). Outros nove documentos são citados de forma esporádica, como estudos e afins.

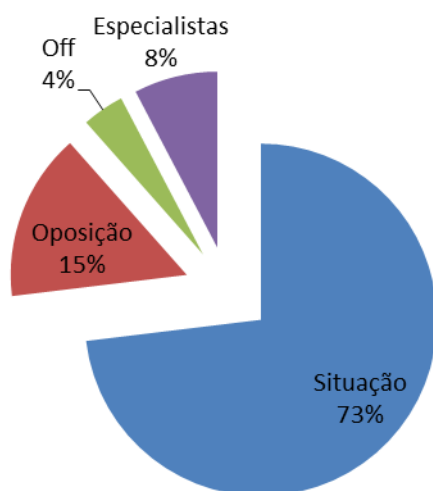
Gráfico 6 - Fontes documentais - Estado de São Paulo



Combinados, os gráficos cinco e seis demonstram a predileção d*O Estado de S.Paulo* pelas fontes primárias em relação ao OGU, que são os próprios documentos. Em seguida vêm as fontes do Legislativo. Foram 17 matérias que utilizaram fontes da Câmara ou do Senado, o que representa 61% do total, percentual inferior aos 86% de reportagens com fontes documentais.

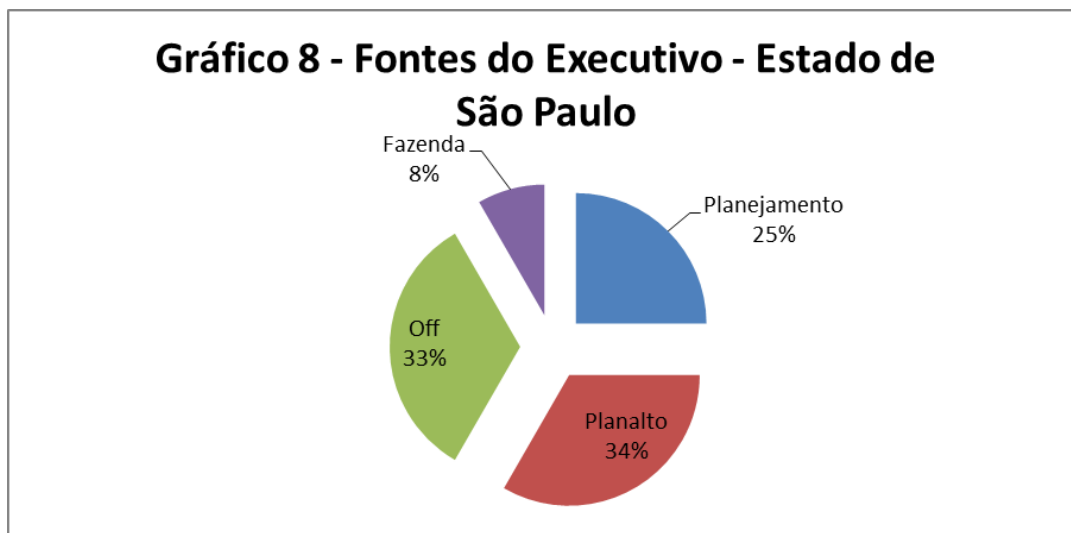
Há, também, uma nítida predileção por parlamentares da situação, já que eles foram citados 19 vezes, ante quatro citações a parlamentares da oposição. Além disso, há dois especialistas, geralmente identificados como técnicos do Orçamento, e um off não identificado.

Gráfico 7 - Distribuição de fontes no Legislativo - Estado de São Paulo



As fontes do Executivo foram citadas doze vezes na cobertura d*O Estado de S.Paulo* da elaboração do OGU de 2012. Foram nove matérias com fontes do Executivo, o que representa

32% do total. As fontes do Executivo são preferencialmente do Palácio do Planalto (quatro) e do Ministério do Planejamento (três). Outras quatro fontes estão em off, e não têm a origem dentro do Executivo especificada. O Ministério da Fazenda é fonte apenas uma vez.



4.2 A cobertura do Orçamento em o *Valor Econômico*

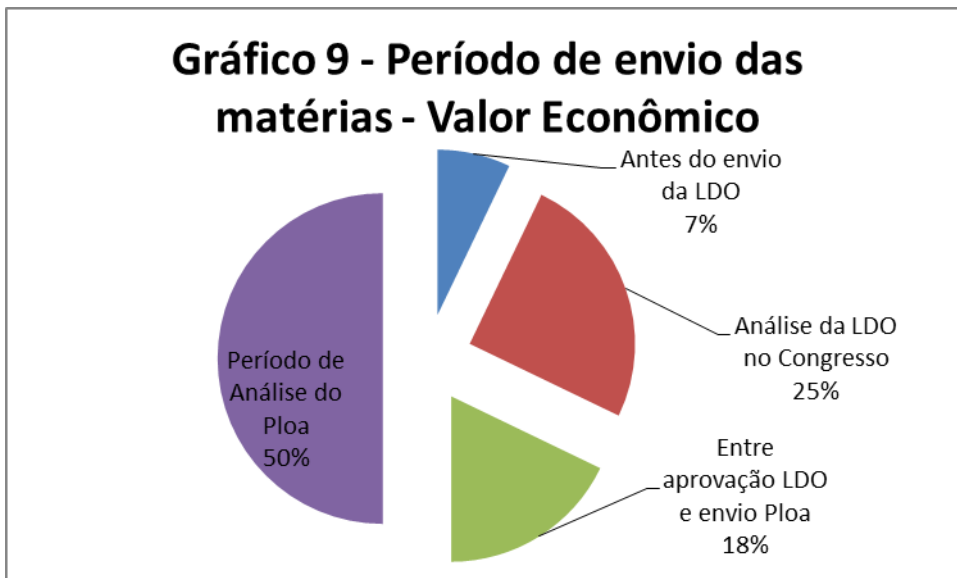
O *Valor Econômico* também publicou 28 matérias ao longo de 2011 durante a cobertura da elaboração do Orçamento. Ele foi o periódico que iniciou a cobertura, em seis de abril, com a matéria “ Hereda discute com deputados medida para agilizar emendas”. A matéria trata das alternativas estudadas pela Caixa Econômica Federal (CEF) e por parlamentares para garantir a execução das emendas parlamentares que seriam incluídas no futuro Orçamento.

A cobertura do *Valor Econômico* se encerra em 23 de dezembro com a reportagem que relata a aprovação da LOA no Congresso. O título “Comissão aprova Orçamento sem reajuste a aposentado” evidencia o destaque dado a questão dos reajustes salariais, também expressivo nesse jornal, como será visto mais adiante.

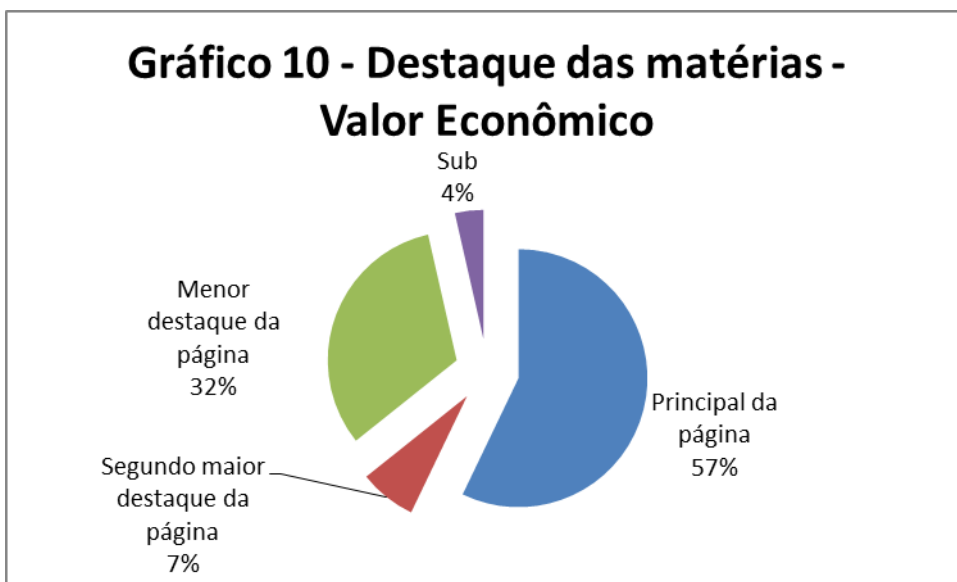
É de se ressaltar que no caso do *Valor Econômico* uma parte da cobertura se faz por meio das colunas semanais, notadamente a do repórter especial Ribamar Oliveira. Como colunas ficaram fora do corpus desta pesquisa, não foi possível incluir também essa parte neste trabalho.

Das 28 matérias do *Valor Econômico*, duas foram publicadas antes do envio da LDO ao Congresso, sete durante o período de análise da LDO, cinco entre a aprovação do LDO e o envio do PLOA ao Congresso e 14 durante a análise do PLOA. Assim, metade das matérias

foi escrita durante esse último período, demonstrando uma intensificação na análise do Ploa, notadamente por causa da disputa por reajustes salariais, como se verá no prosseguimento deste trabalho.



O Orçamento de 2012 teve um destaque relativo no *Valor Econômico*, com 16 matérias como principal da página. Além disso, foram duas matérias com o segundo maior destaque da página, nove com o menor destaque da página e um texto de apoio a uma matéria principal.



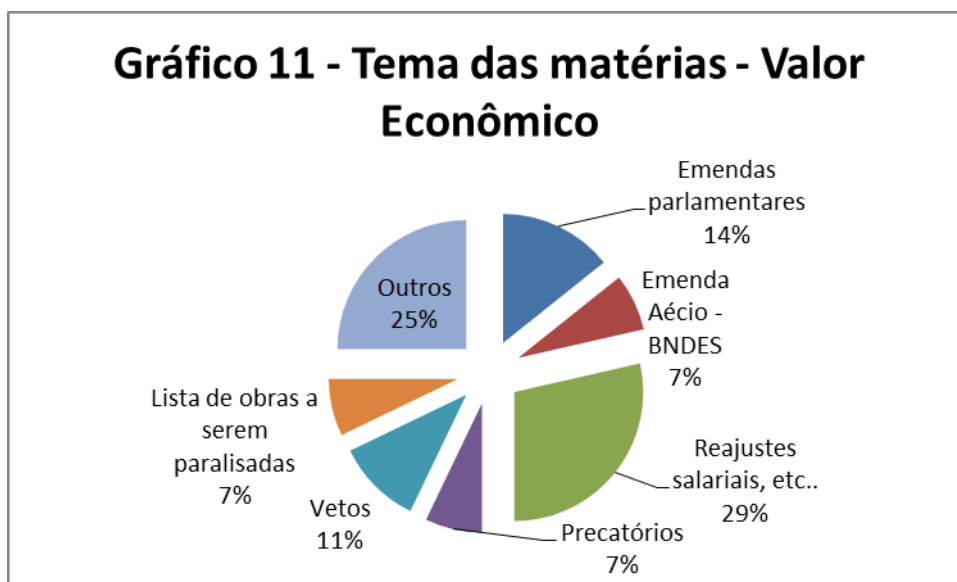
Apesar do relativo destaque dentro da paginação, o assunto esteve apenas uma vez na capa do *Valor Econômico*. Em 22 de junho, o jornal tinha como manchete “União terá despesa extra de até R\$ 8 bi com precatórios”.

A matéria trata de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obrigava a União a pagar de uma só vez os precatórios pendentes de pagamentos até 2000, sendo que até o momento o dispêndio era feito de forma parcelada. O gasto “extra” envolvia alterações profundas no Orçamento de 2012, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige que seja demonstrada a origem dos recursos utilizados para cada gasto.

Apesar da manchete em relação aos precatórios no Orçamento, o assunto ficou longe de ser o mais explorado na cobertura empreendida pelo *Valor Econômico* em relação à elaboração da LOA de 2012. Foram apenas duas matérias sobre o assunto.

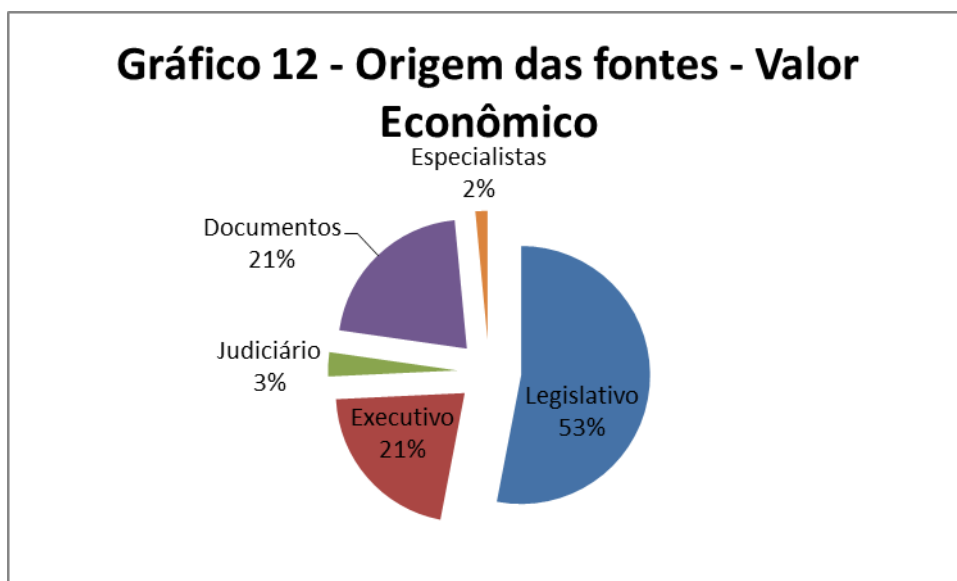
De fato, o jornal teve uma cobertura diversificada em relação aos temas abordados. Em primeiro lugar houve a celeuma em volta dos reajustes salariais, com oito reportagens. Em seguida, matérias que tratavam das emendas parlamentares, com quatro reportagens. Com três matérias, os vetos ficaram em terceiro lugar.

Em seguida, apareceram os precatórios, uma proposta de emenda à LDO do senador Aécio Neves (PSDB-MG) que dava mais transparência a repasses do Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a lista de obras com suspeitas de irregularidades elaborada pelo TCU e anexada ao Orçamento. Todas apareceram duas vezes cada como tema principal das matérias. Outras nove matérias tiveram temas que apareceram apenas uma vez, como o superávit primário ou o relatório de receitas do Orçamento.



Nas 28 matérias da cobertura da elaboração do Orçamento de 2012, o *Valor Econômico* utilizou 66 fontes, o que dá uma média de 2,35 fontes por matérias. A predominância das fontes do Legislativo é nítida, com 35 citações. Também foram 14 fontes documentais e 14

fontes do Executivo. Completando, há citações de duas fontes do Judiciário e um especialista. Associações de classe não foram consultadas.



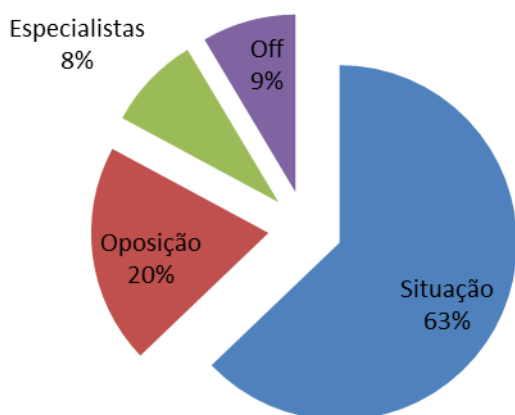
Dentro desse total, foram 12 fontes em off, o que representa 18% do total. São oito do Executivo, três do Legislativo e um “especialista em Orçamento”. Grande parte das fontes em off estão em duas matérias, ambas com três fontes cada uma. Nos dois casos, há apenas fontes não identificadas na matéria.

A primeira é de 11 de outubro e tem como título “Equipe econômica aprova rigor com as reivindicações de servidores de estatais”. Ela cita “fontes do alto escalão do governo” e membros de dois grupos, um a favor do reajuste salarial para funcionários das estatais, outro contra. Como a matéria trata de um bastidor das discussões orçamentárias no Executivo, é normal o alto número de offs na matéria.

A segunda, publicada em oito de novembro, fala sobre o reajuste salarial para servidores do Judiciário. “Judiciário obtém apoio do PMDB para reajuste salarial” traz informações de uma “fonte diretamente envolvida nas negociações”, uma “fonte da equipe econômica” e, por fim, “fonte graduada no Planalto”. Além de inchar o número de offs na cobertura do Orçamento, as duas reportagens representam seis das oito fontes em off do Executivo no período.

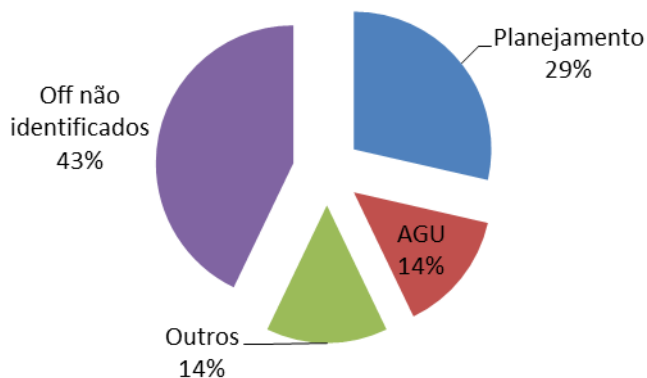
No Legislativo, a maioria das fontes identificadas vem de parlamentares da situação. São 22, contra sete da oposição. Completando o quadro, são três especialistas (técnicos do Congresso) e três offs.

Gráfico 13 - Fontes do legislativo - Valor Econômico



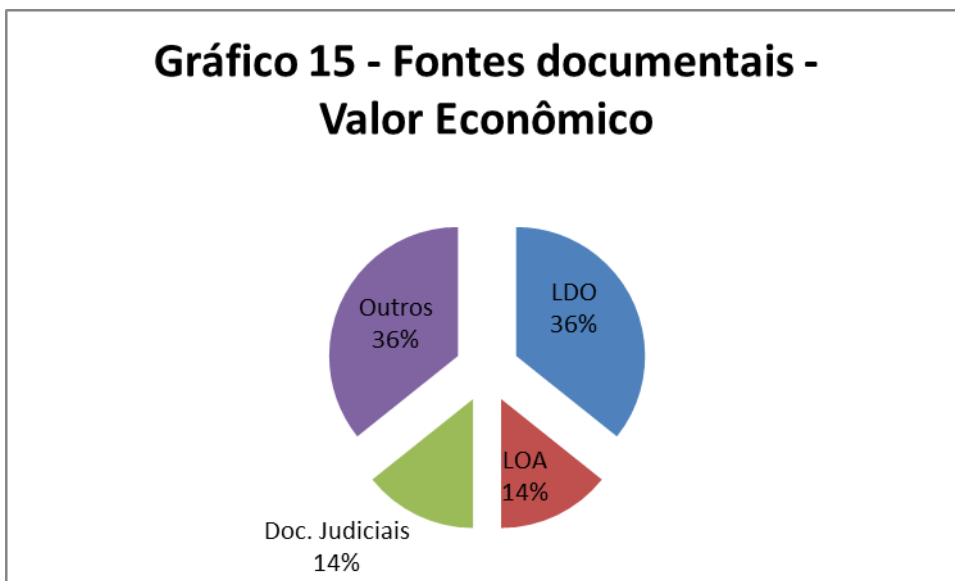
Novas de 28 matérias do *Valor Econômico* utilizam fontes do Executivo, o que representa 32% do total. Entre as 14 fontes do Executivo utilizadas pelo *Valor Econômico*, seis são offs do Executivo sem identificação precisa - fontes “da equipe econômica” ou “fontes graduadas”. Já o Ministério do Planejamento é citado quatro vezes. A Advocacia Geral da União (AGU) é identificada outras duas vezes. Outras duas fontes completam o gráfico.

Gráfico 14 - Fontes do executivo - Valor Econômico



Com o mesmo número de citações que o Executivo, as fontes documentais aparecem em 13 matérias, de um total de 28 do *Valor Econômico* analisadas neste trabalho. Assim, documentos aparecem em 46,4% das reportagens. A LDO é a mais citada, aparecendo cinco vezes, seguida pela LOA (duas vezes) e documentos judiciais (duas vezes). Outros documentos aparecem cinco vezes.

Gráfico 15 - Fontes documentais - Valor Econômico



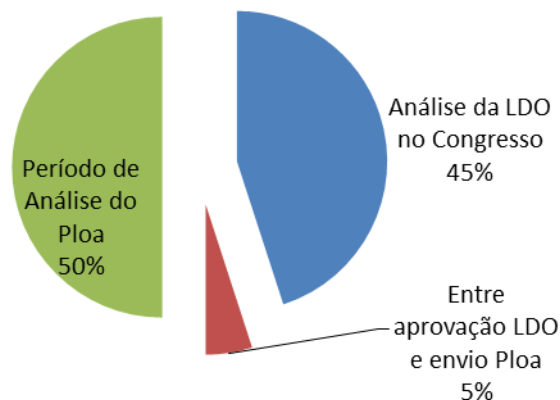
A combinação desse resultado com o gráfico nove demonstra um descolamento quanto à temática da cobertura a partir do envio do PLOA ao Congresso Nacional. De fato, apesar de o período compreender metade das matérias publicadas no *Valor Econômico*, o documento é citado apenas duas vezes. De novo nesse caso, a razão é a intensificação das demandas de reajuste salarial para servidores públicos, o que direcionou o foco de cobertura do jornal. Dentre as 14 matérias publicadas no período de análise do PLOA, oito tratam do assunto, o que representa 57% do total.

4.3 A cobertura do Orçamento em a *Folha de S.Paulo*

A *Folha de S.Paulo* publicou 20 matérias sobre a elaboração do OGU de 2012 ao longo de 2011. A primeira é publicada em 16 de abril e trata do salário mínimo. O título é “Salário mínimo pode ultrapassar valor de R\$ 620“. A última reportagem publicada pelo jornal sai em 23 de dezembro e é um relatório sobre o Orçamento, com destaque para a não concessão dos reajustes salariais pleiteados pelos servidores públicos, notadamente do Judiciário. A chamada é “Após negociações, Congresso aprova Orçamento para 2012”.

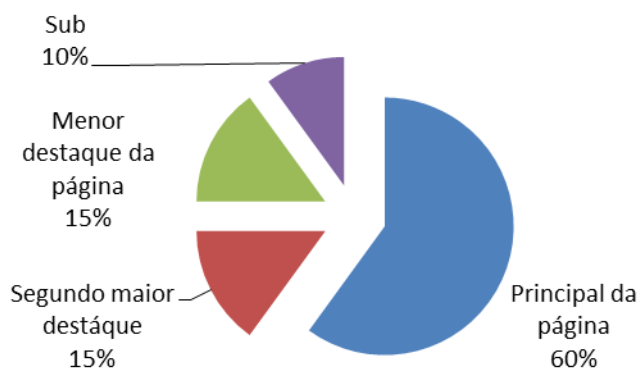
Quando a separação das matérias é feita por período, nota-se que metade das matérias saiu durante o período de análise do PLOA (dez matérias). Outras nove matérias foram publicadas durante o período de análise da LDO. Por fim, uma reportagem aparece entre a aprovação da LDO e o envio do PLOA ao Congresso. A reportagem solitária trata dos vetos à LDO publicados no Diário Oficial da União (DOU).

Gráfico 16 - Período de envio das matérias - Folha de S.Paulo



O destaque dado ao assunto é significativo. A maioria das matérias (12) foi a principal da página, seguido por três com o segundo maior destaque e outras três com o menor destaque. Por fim, foram também dois textos de apoio.

Gráfico 17 - Destaque das matérias - Folha de S.Paulo

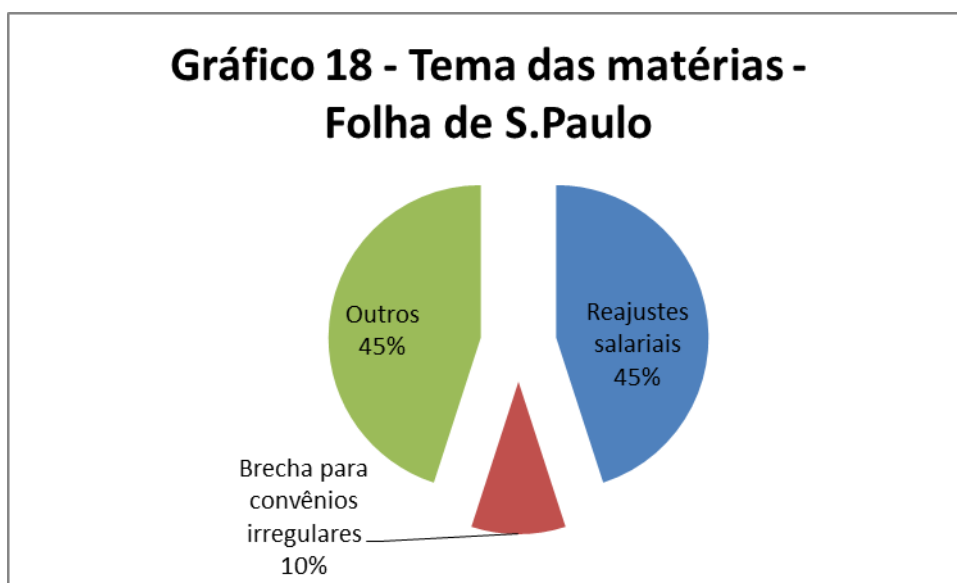


A *Folha de S.Paulo* foi o jornal que publicou mais menções na capa para matérias sobre o Orçamento de 2012. Foram quatro no total, sendo que uma manchete. Assim, 20% das matérias tiveram chamadas na capa. Delas, duas tratam do reajuste salarial para o Judiciário. Uma delas é a manchete publicada em dois de setembro com o título de “Orçamento ignora aumento de juízes e STF se revolta”.

A outra matéria de capa sobre o assunto foi publicada em nove de setembro, uma semana após a manchete. “Câmara pede aumento de até 60% para seus servidores”, diz o título. A matéria inclui os funcionários públicos do Legislativo no rol dos que pedem reajuste salarial.

As duas outras capas tratam da publicação dos vetos à LDO (em 16 de agosto) e do envio do PLOA ao Congresso (em 1º de setembro).

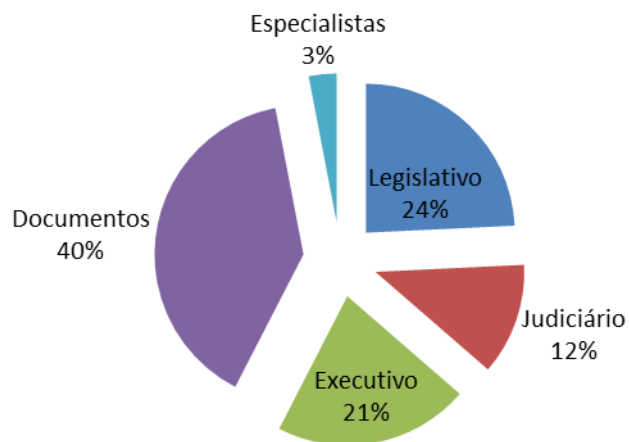
Os reajustes salariais foram o assunto mais destacado na cobertura. A demanda por aumento para diversas categorias do serviço público foi o mote para nove matérias, de um total de 20. Além disso, brechas na LDO para a realização de convênio com maior chance de irregularidade foi o tema de duas matérias. Por fim, nove matérias tiveram temas que não se repetiram, sendo englobadas na categoria outros. Entre elas está uma brecha para limitar os poderes do TCU e a publicação dos vetos à LDO.



Quanto às fontes, a *Folha de S.Paulo* apresenta a baixa média de 1,65 fonte por matéria. Foram 33 em 20 matérias. Em primeiro lugar estão as fontes documentais. Foram 13. O Legislativo forneceu outras oito fontes, seguido pelo Executivo (sete), o Judiciário (quatro) e especialistas (um). A *Folha de S.Paulo* não utilizou fontes em off na cobertura da elaboração do Orçamento de 2012.

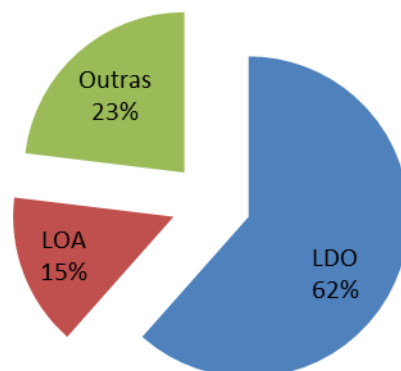
Gráfico 19 - Origem das fontes - Folha de São

Paulo



Das 20 matérias publicadas pela *Folha de S.Paulo*, 12 contêm fontes documentais, o que representa 60% do total. A mais utilizada foi a LDO (oito vezes), seguida pela LOA (duas vezes). Outros três documentos aparecem apenas uma vez.

Gráfico 20 - Fontes documentais - Folha de São paulo



De novo, apesar de a maioria das matérias ter sido publicada durante o período de análise do PLOA, o texto da lei foi pouco utilizado como fonte das reportagens do período. A causa é a mesma. A cobertura das demandas salariais, principalmente provenientes do Judiciário, deslocou o foco da cobertura, o que fica evidente no gráfico que demonstra que a peça orçamentária em si não foi o foco da cobertura jornalística do assunto.

Quanto às fontes do Legislativo presentes na cobertura da *Folha de S.Paulo*, todas as oito são de parlamentares da situação. Foram sete matérias (35% do total de reportagens da *Folha de S.Paulo*) e nenhum parlamentar da oposição foi citado.

Já quanto às sete fontes do Executivo, cinco são o Ministério do Planejamento. As outras duas são o Ministério da Previdência e o Ministério da Cultura. Nesse caso, são sete matérias com fontes do Executivo, 35% do total.

4.4 Comparação entre a cobertura nos três jornais

O jornal que mais deu destaque à cobertura da elaboração do OGU de 2012 foi *O Estado de S.Paulo*, com duas chamadas de capa e 78% das matérias como a principal da página. Já a *Folha de S.Paulo* deu o melhor espaço para 60% das reportagens, ante 57% do *Valor Econômico*. O resultado é semelhante para os dois jornais, sendo significativamente diferente apenas do *Estado de S.Paulo*.

Apesar do maior número de chamadas na capa em a *Folha de S.Paulo* (quatro, contra duas de *O Estado de S.Paulo* e uma do *Valor Econômico*), a cobertura do jornal é significativamente menos aprofundada que a dos dois outros jornais.

A utilização de fontes em off também demonstra certa busca de aprofundamento em relação ao assunto em o *Valor Econômico* e *O Estado de S.Paulo*. O recurso, apesar de questionável quando em excesso, permite aos dois jornais bastidores e antecipações. Esta parte da cobertura é inexistente na *Folha de S.Paulo*.

O menor aprofundamento fica evidente tanto no menor número de matérias feitas (20, contra 28 de cada jornal), quanto à média de fontes de cada jornal, inferior a duas por matéria em a *Folha de S.Paulo*, que corresponderia à prerrogativa de escutar os dois lados. Nesse quesito, a oposição simplesmente não é escutada em a *Folha de S.Paulo* e muito pouco destacada nos dois outros jornais.

A cobertura dos três jornais é semelhante, em números absolutos, apenas em relação a questão dos reajustes salariais. São dez matérias em *O Estado de S.Paulo*, nove na *Folha de S.Paulo* e oito em o *Valor Econômico*. Devido ao menor número de matérias no período, a cobertura do tema representa 45% das matérias da *Folha de S.Paulo* analisadas neste trabalho, ante 29% do *Valor Econômico* e 36% do *Estado de S.Paulo*.

Por outros assuntos, a *Folha de S.Paulo* passou superficialmente enquanto *O Estado de S.Paulo* e o *Valor Econômico* dedicaram maior espaço, como as emendas parlamentares, entre outros tópicos.

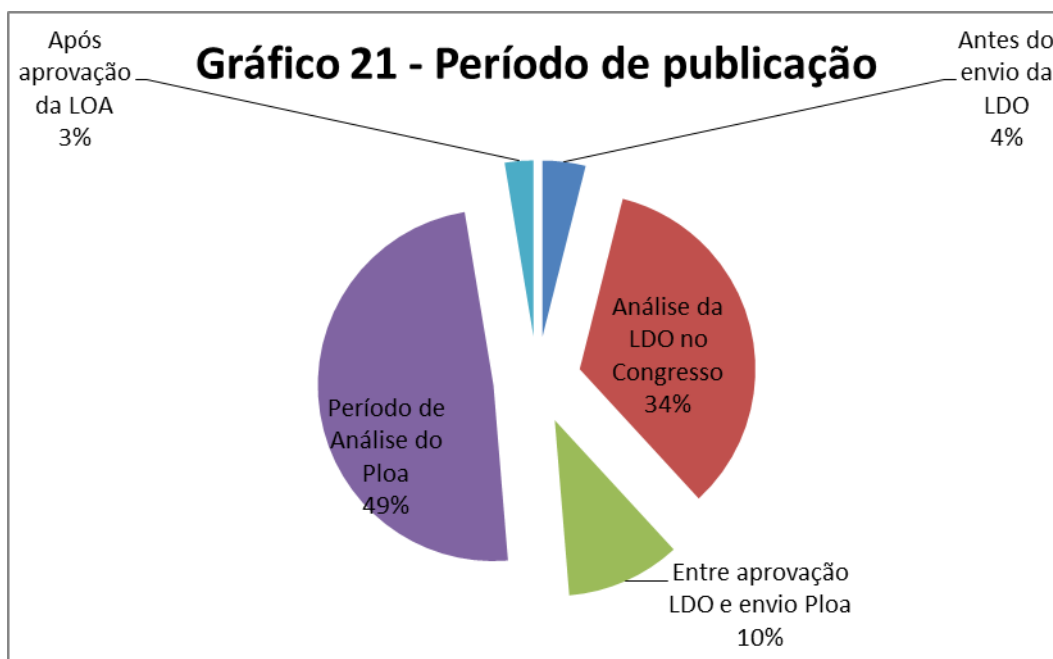
Quanto à amplitude temporal, a *Folha de S.Paulo* é a que mais restringe a cobertura, iniciando-a apenas quando a LDO é enviada ao Congresso e encerrando-a assim que a LOA de 2012 é aprovada. Tanto o *Valor Econômico* quanto *O Estado de S.Paulo* se debruçam sobre o assunto antes de a LDO ser tornada pública. *O Estado de S.Paulo* vai além ao continuar com o assunto mesmo após a aprovação da LOA.

A média de fontes por matéria também demonstra um maior aprofundamento no tema por parte do *O Estado de S.Paulo* e do *Valor Econômico*, com 2,67 por matéria e 2,35 por matéria, respectivamente. Os números são largamente superiores à média de 1,65 fonte por matéria da *Folha de S.Paulo*.

A *Folha de S.Paulo* apresentou uma predileção pelas fontes documentais. Já o *Valor Econômico* utilizou mais fontes do Legislativo.

4.5 A cobertura por períodos

Das 76 matérias analisadas nesta monografia, três foram publicadas antes do envio da LDO ao Congresso, 26 durante a análise da LDO no Congresso, oito entre a aprovação da LDO e o envio do PLOA ao Legislativo, 37 durante o período de análise do PLOA e duas após a aprovação do PLOA.



Nota-se pelo gráfico 21 que a cobertura é mais intensa durante o período de análise do PLOA, que sozinho representa quase a metade de toda a cobertura, com 37 matérias. Como visto no tópico anterior que trata da cobertura de cada jornal, desse total 27 são de matérias sobre as demandas salariais de diversas categorias do serviço público, o que representa 72% das reportagens publicadas no período. É de se ressaltar que o número é levemente superior ao de reportagens publicadas durante o período de análise da LDO (26).

Os três principais períodos são definidos tanto no início quanto no fim por eventos largamente cobertos. A LDO foi enviada ao Congresso em 15 de abril de 2011. Assim, as primeiras matérias desse período saíram em 16 de abril, um sábado. Este é o único caso em que um dos jornais não fez matéria sobre o assunto, já que o *Valor Econômico* não é publicado no fim de semana e evita publicar matérias decorrentes da cobertura diária nas edições de segunda-feira.

O Estado de S.Paulo puxou a matéria por uma tentativa do governo de diminuir o direcionamento automático de investimentos. O título é “Planalto quer deixar livres R\$ 10 bi do Orçamento de 2012”. Como fontes, a matéria cita o texto da LDO, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Rogério Marinho. A matéria foi a principal da página.

Já a *Folha de S.Paulo* utilizou outro gancho. O título foi “Salário mínimo pode ultrapassar valor de R\$ 620”. Como fontes, apenas a ministra do Planejamento e a LDO. A matéria também foi a principal da página.

Em 13 de julho, o Congresso aprovou a LDO. Dessa forma, em 14 de julho saem as últimas matérias do ciclo de análise da LDO. São cinco matérias sobre o assunto nos três jornais. Duas no *O Estado de S.Paulo*, duas no *Valor Econômico* e uma na *Folha de S.Paulo*.

“Dilma deve vetar emenda que trava gastos públicos” e “LDO permite reajuste maior para aposentados” são as duas matérias do *O Estado de S.Paulo*. A primeira já antecipa alguns vetos prováveis à LDO aprovada no Congresso e tem como fontes a LDO, um off do palácio do Planalto e um economista. A segunda é um texto de apoio e traz um relatório sobre as alterações feitas pelo Congresso à LDO. A matéria utiliza como fontes a LDO e o relator da LDO, deputado Marcio Reinaldo (PP-MG).

O *Valor Econômico* também já antecipa possíveis vetos em “Planalto prevê dois vetos à LDO aprovada”, com quatro fontes: a LDO aprovada; o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS, líder do governo no Congresso a época das reportagens); Deputado Duarte Nogueira (líder do PSDB na Câmara); ACM Neto (líder do DEM na Câmara). A segunda, “Aécio aposta que pressão levará Dilma a manter mudança”, trata sobre uma alteração específica à LDO, de proposição do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Além do tucano, a matéria tem como fonte o relator da LDO, Marcio Reinaldo.

Já a *Folha* publica “Congresso limita transparência nas despesas com o PAC em 2012” com duas fontes, a LDO e o deputado Mendes Ribeiro. A matéria é a principal da página.

Em 31 de agosto o Ministério do Planejamento envia ao Congresso o texto do PLOA de 2012. No dia seguinte, cada um dos jornais publica uma matéria sobre o assunto. Enquanto *O Estado de S.Paulo* e o *Valor Econômico* tratam sobre o rigor fiscal, mas de formas diferentes, a *Folha de S.Paulo* aborda a redução de investimento.

Os títulos são “Orçamento de 2012 ignora rigor fiscal”, no *O Estado de S.Paulo*, “Para indicar rigor, Orçamento de 2012 reduz desconto permitido para o PAC”, no *Valor Econômico* e “Orçamento terá redução de investimento”, na *Folha de S.Paulo*. As três matérias têm as mesmas fontes: o texto do PLOA e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

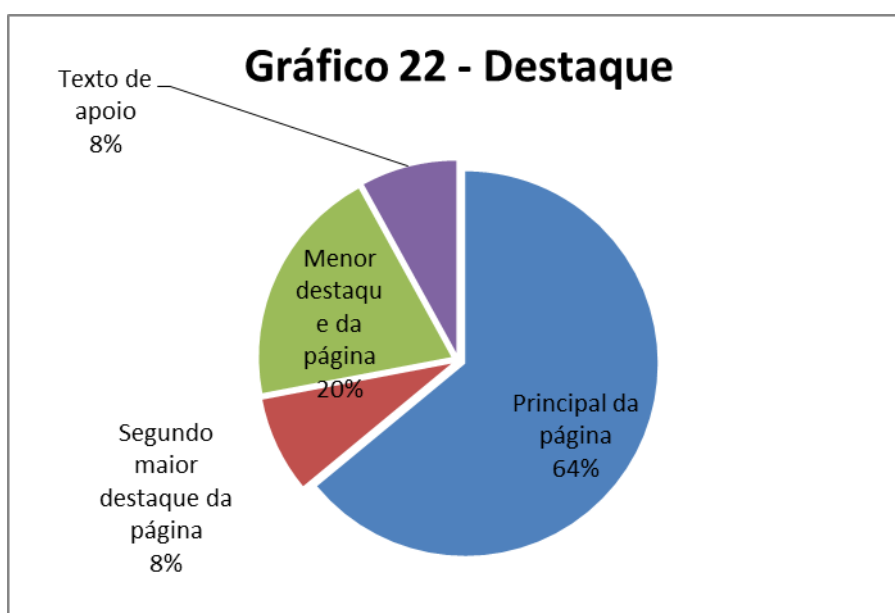
A causa é simples e se relaciona com as rotinas produtivas. O Ministério do Planejamento convoca uma coletiva para explicar o PLOA, geralmente à tarde, ou seja, perto do horário de fechamento dos jornais. Nela, é feita uma apresentação e a ministra responde as perguntas dos jornalistas presentes. Assim, a imprensa restringe o tempo necessário para consultas a outras fontes.

Por fim, em 22 de dezembro a LOA de 2012 é aprovada no Congresso. No dia seguinte, os três jornais relatam o assunto. “Orçamento 2012 passa, sem aumento a servidores”, destaca *O Estado de S.Paulo*. As fontes são o texto da LOA e o deputado Welington Prado (PT-MG). A *Folha de S.Paulo* tem como título “Após negociações, Congresso aprova Orçamento para 2012” que utiliza como fonte apenas o texto da LOA. Já o *Valor Econômico* tem como título “Comissão aprova Orçamento sem reajuste a aposentado”. As fontes são o relator da LOA, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e o texto da lei.

Percebe-se nessa análise a maior atenção dada ao assunto pelo *O Estado de S.Paulo* e o *Valor Econômico* em oposição à *Folha de S.Paulo*. Este utiliza menos fontes e fez menos matérias. Um outro exemplo disso é que a *Folha de S.Paulo* foi o único jornal que não antecipou os vetos à LDO. O *Valor Econômico* publica “Dilma vetará meta nominal de 0,87% do PIB” em quatro de agosto, dez dias antes da publicação dos vetos no Diário Oficial da União (DOU), e *O Estado de S.Paulo* faz matéria semelhante em 13 de agosto: “Dilma vetará artigo que impõe redução de déficit”.

4.6 A cobertura por destaque

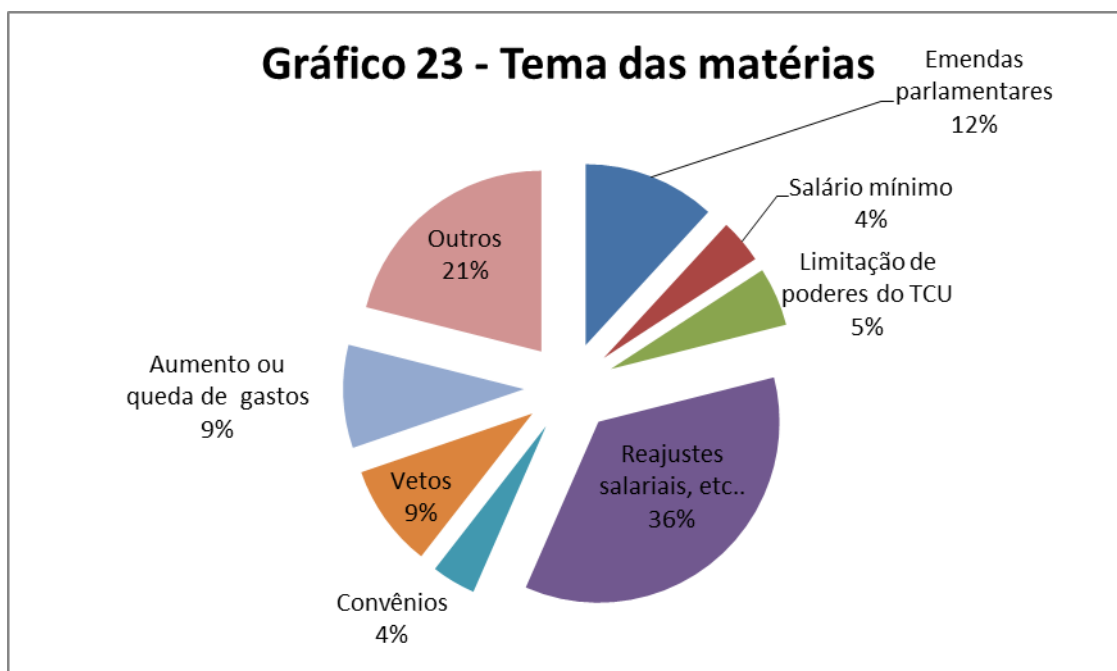
As matérias sobre a elaboração do OGU de 2012 tiveram um bom destaque nas páginas dos três jornais analisados, com 48 matérias como as principais da página. Outras seis tiveram o segundo maior destaque da página e 15 tiveram o espaço menos destacado na diagramação do jornal. Além disso, foram seis textos de apoio.



Quase 10% das reportagens tiveram menções nas capas dos veículos em que foram publicadas. Foram sete reportagens de capa, sendo que duas manchetes, uma da *Folha de S.Paulo* e outra do *Valor Econômico*. O ponto demonstra a importância dada ao assunto, visto que a cobertura do Orçamento é um evento rotineiro, com uma agenda anual estruturada e documentos públicos, o que diminui a margem de possíveis matérias exclusivas.

4.7 A cobertura por tema

O tema que teve maior ascendência na cobertura da elaboração do OGU de 2012 foi, sem dúvida, as demandas salariais dos servidores públicos. Foram 27 matérias sobre o assunto no período. Em seguida vêm questões envolvendo as emendas parlamentares, com nove reportagens. Outros temas como os vetos à LDO (sete), o aumento ou a queda de gastos públicos (sete), a limitação dos poderes do TCU (quatro), o salário mínimo (três) e brechas nas regras para convênios (três) estão entre os que apareceram mais de uma vez na cobertura.



A grande diferença entre a questão dos reajustes salariais e o segundo colocado mostra a ascendência que os aumentos tiveram na cobertura do Orçamento. A questão em si só representa mais de um terço das matérias.

O tema aparece pela primeira vez em 31 de agosto, com a matéria “Juizes do STF devem ficar sem reajuste”, d*O Estado de S.Paulo*, que é a única não ser publicada durante o período de análise do PLOA.

A matéria é uma antecipação do PLOA, que seria enviado naquele dia ao Congresso, e discorre sobre uma reunião entre uma comissão de ministros do Executivo e o presidente do STF na ocasião, o ministro Cezar Peluso. A composição da comitiva demonstra a preocupação do governo quanto à questão. Fazem parte os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Miriam Belchior, da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams.

A partir daí, são 26 matérias durante o período de análise do PLOA, de 37 que compõem o total de reportagens publicadas no período.

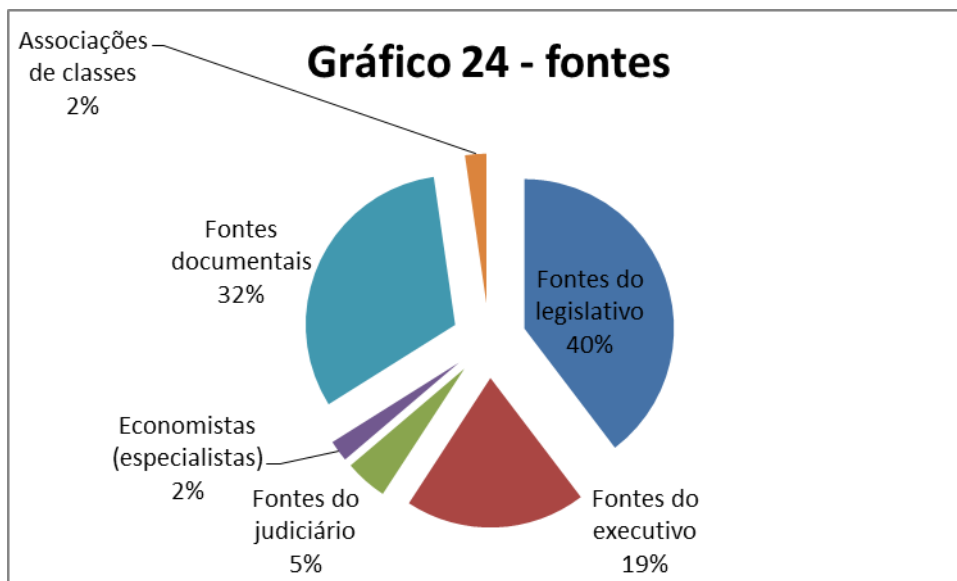
Assim, os reajuste salariais representaram 70% do publicado no período. Sob outra ótica, desde que entrou em cena a primeira matéria relatada anteriormente, foram 40 matérias que trataram da elaboração do Orçamento. Dessa forma, desde que começou a ser discutida na imprensa, a questão representou 67,5% da cobertura.

A brecha aberta pelos servidores do Judiciário permitiu que outras categorias se juntassem ao coro de demandas. São publicadas matérias sobre as reivindicações dos servidores do Legislativo, dos comissionados da Câmara dos Deputados e dos funcionários de estatais.

A relevância do assunto é tal que ele serve de gancho para a matéria que trata da aprovação da LOA no Congresso nos três jornais analisados. No dia 23 de dezembro de 2011, *O Estado de S.Paulo* publica “Orçamento 2012 passa, sem aumento a servidores”. O *Valor Econômico* vai na mesma toada, com “Comissão aprova Orçamento sem reajuste a aposentado”. Já a *Folha de S.Paulo* trouxe como título “Após negociações, Congresso aprova Orçamento para 2012”, preferindo deixar a questão dos reajustes no lide da matéria.

4.8 A cobertura por fonte

A cobertura da elaboração do Orçamento de 2012 nos três jornais envolveu 174 fontes. Foram 69 fontes do Legislativo, 55 documentais, 34 do Executivo, oito do Judiciário, quatro especialistas e quatro associações de classe. A média é de 2,28 fontes por matéria.



As fontes do Legislativo representam, sozinhas, quase a metade das fontes totais. O resultado é esperado, já que a cobertura se faz dentro do próprio poder Legislativo. Os parlamentares são, inclusive, mais requisitados do que os próprios textos da lei. O dado pode indicar uma cobertura mais política do assunto, envolvendo as negociações empreendidas pelos deputados e senadores com o Executivo, setores da sociedade e entre eles.

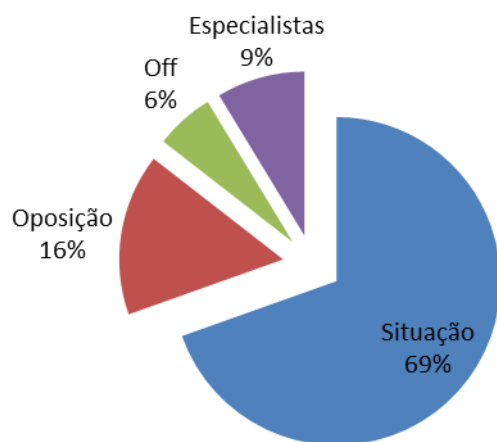
É de se ressaltar também que apesar do grande número de matérias sobre os reajustes salariais, poucas associações de classe foram citadas. De novo, o dado indica para a cobertura mais política com ênfase na briga entre os poderes – Executivo e Judiciário, nesse caso – e deixando de lado a reivindicações das categorias e suas justificativas.

4.8.1 As fontes do Legislativo

As 69 fontes do Legislativo estão espalhadas em 43 matérias. Assim, 57% das reportagens analisadas neste trabalho contam com fontes parlamentares. Isso representa uma média de 0,9 fonte do Legislativo por matéria, ou 1,6 fonte do Legislativo por matéria que tenha pelo menos uma fonte do Poder em questão.

As fontes são primariamente da situação. São 48 parlamentares da situação, 69% do total. São outras 11 da oposição, quatro offs sem identificação, e seis especialistas.

Gráfico 25 - Fonte por campo político

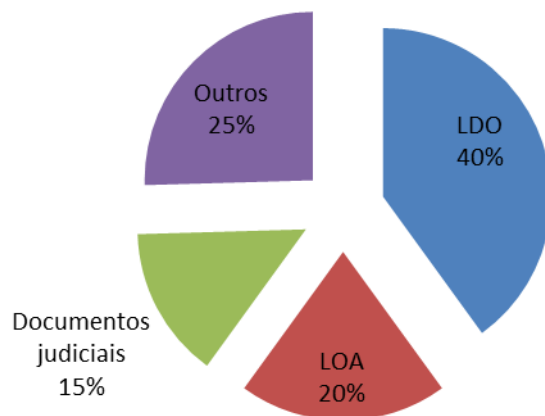


Os números deixam claro que uma das regras básicas do jornalismo, a busca por todos os lados de uma questão, não é utilizada sistematicamente na cobertura da elaboração do Orçamento. Caso cada campo político seja considerado como um lado, fica claro que a voz da situação prevaleceu na maioria das matérias, muitas vezes como voz única. As razões para tanto devem ser variadas, fugindo muitas vezes do jornalismo e também do escopo deste trabalho, não cabendo considerações neste espaço sobre este tópico.

4.8.2 As fontes documentais

Documentos são citados como fontes em 48 matérias, o que representa 63% do total. As 55 fontes documentais analisadas nesta monografia se dividem da seguinte forma: 22 citações à LDO, 11 à LOA, oito a documento judiciais, como por exemplo atas de julgamentos e liminares, e 14 classificadas como outros, que engloba texto de projetos de lei e estudos, entre outros.

Gráfico 26 - Fontes documentais



Apesar de haver maior número de reportagens publicadas durante o período de análise do PLOA (37) do que no período de análise da LDO (26), as citações à LDO são duas vezes maiores do que à LOA. Isso poderia acontecer por razões cronológicas, já que a LDO pode ser citada durante o período de análise do PLOA e o contrário é impossível. Esta não é, porém, a razão da disparidade.

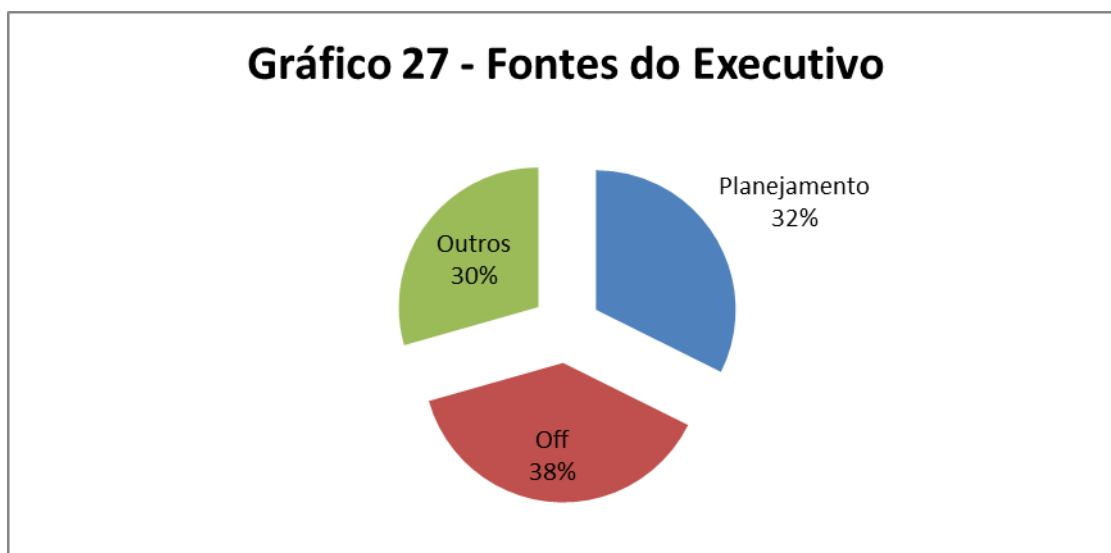
De fato, a LDO só é citada como fonte uma vez durante o período de análise do PLOA. Isso aconteceu em 17 de setembro na matéria “Valor de emendas sobe 371% em 6 anos” publicada no *Estado de S.Paulo*.

Outro ponto interessante é que das 11 vezes em que a LOA é citada como fonte, cinco são nas matérias de abertura e fechamento do ciclo e prestam conta do teor da proposta, sendo praticamente impossível não citá-la como fonte. Assim, excluindo essas seis matérias (uma de abertura e uma de fechamento em cada jornal), são seis citações à LOA em 31 matérias.

Mais uma vez, a explicação está na intensa cobertura das demandas por reajustes salariais. Ao direcionar o foco da cobertura para as brigas entre os poderes até mais do que nas demandas em si, como já foi demonstrado acima, fontes primárias à cobertura, como o texto da LOA, são deixadas de lado. Outro ponto que reforça essa tese é o número de documentos judiciais utilizados como fontes. Em um processo de elaboração normal do Orçamento, o Judiciário é pouco citado.

4.8.3 As fontes do Executivo

Ao todo, são 28 matérias com fontes do Executivo, o que representa 37% do total. Dentre as 34 fontes do Executivo, o maior grupo, de 13, são offs que não especificam a origem exata da informação, apenas informando o leitor que ela veio de “fonte da equipe econômica” ou “um participante das negociações”. Em seguida vem o Ministério do Planejamento, com 11 citações. Por fim, o grupo de outras fontes, que engloba o Palácio do Planalto, e os Ministérios da Fazenda e da Previdência, entre outros, tem 10 menções.

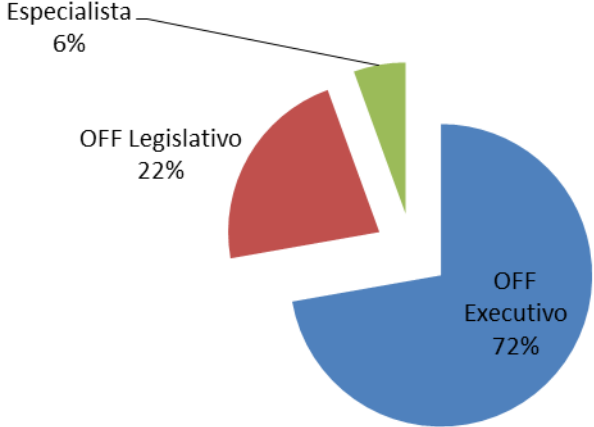


É notável que os off's estejam mais presentes do que as citações ao Planejamento, já que ele é o órgão do Executivo responsável pela elaboração das peças orçamentárias e seu envio ao Congresso. O número demonstra mais o método de cobertura do Executivo (e sua propensão a passar informações em off) do que algo ligado especificamente à elaboração do OGU.

4.8.4 As fontes em off

As fontes em off do Executivo representam a grande maioria das fontes não identificadas durante a cobertura da elaboração do Orçamento de 2012. Por fim, além das 13 citações já elencadas anteriormente, estão quatro fontes em off do Legislativo e um especialista não identificado.

Gráfico 28 - Fontes em off



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apontados nesta monografia, é possível concluir que as demandas por reajustes salariais de diversas categorias foram o principal tema explorado na cobertura da elaboração do OGU de 2012. Esse movimento foi capitaneado pelo Judiciário e representou, sozinho, mais de um terço da cobertura (gráfico 23).

O foco na questão inchou a cobertura durante o período de análise do PLOA, que representou quase metade da cobertura (49%), ante 34% do período de análise da LDO (gráfico 21). Esse mesmo foco levou à menor utilização do PLOA de 2012 como fonte, na comparação com o texto da LDO (gráfico 26).

A *Folha de S.Paulo* foi o jornal que mais reservou parte do seu espaço para a questão do reajuste, com 45% das suas matérias tratando do assunto. Também foi o único jornal a reservar um espaço na capa (duas vezes) para a questão. *O Estado de S.Paulo* ocupou 36% da sua cobertura com o assunto, ante 29% em *o Valor Econômico*.

Apesar do foco no assunto, a cobertura do Orçamento possibilitou um grande número de abordagens, já que são sete temas com no mínimo três aparições e outras 17 matérias na categoria de outros. É possível que esta gama se amplie em casos onde não há a concentração de esforços em apenas um único tópico, como foi o caso ao longo de 2011.

O foco deixou de fora temas que poderiam ser considerados mais clássicos, como o Orçamento de determinado órgão ou os recursos destinados a determinados programas, e outros assuntos recorrentes, como o salário mínimo².

Outro ponto que chama a atenção é o desequilíbrio dos lados representados nas fontes. Dentro do Legislativo, que representa quase 40% das fontes totais (gráfico 24), 69% das fontes são de partidos da base de apoio do governo no Congresso (gráfico 25).

Dessa forma, somando esse contingente (48 fontes) com as 34 fontes do Executivo (que forçosamente são da situação), chega-se à parcela de 68% do total de fontes (o cálculo exclui as fontes documentais já que a rigor elas não têm campo político). Assim, o número é muito superior às citações a parlamentares da oposição e a especialistas, que poderiam dar uma terceira visão sobre o assunto.

² Vale lembrar que o presidente Lula aprovou em seu último ano de mandato (2010) uma fórmula de reajuste do salário mínimo até 2014, o que retirou a discussão do assunto do Congresso Nacional, como acontecia anteriormente.

O destaque dado à cobertura do Orçamento é significativo, com quase 70% das matérias como a principal da página (gráfico 22) e sete menções nas capas das publicações (quase 10% do escopo de análise).

Por fim, o assunto encontra mais espaço no *Valor Econômico* e em *O Estado de S.Paulo* do que na *Folha de S.Paulo* (gráfico 1). A diferença no números de matérias publicadas nos dois primeiros jornais em comparação ao terceiro é significativa.

Um aprofundamento desse trabalho é necessário para passar de uma descrição para uma análise. Em primeiro lugar, é necessário ampliar o período de análise para que ele englobe vários anos. Assim, seria possível definir se o assunto foi colocado na pauta do processo de elaboração do orçamento pontualmente ou se é um assunto recorrente.

Outro caminho de análise para dar prosseguimento ao trabalho é a inclusão de mais jornais. Além disso, outro meio de enriquecer grandemente o trabalho é expandindo o material coletado para outras mídias.

A internet seria o caminho natural de expansão do material analisado. É possível afirmar que parte da produção noticiosa dos veículos fica no site e não chega até o jornal do dia seguinte, principalmente quando relata um acontecimento factual.

No caso do *O Estado de S.Paulo* e de *o Valor Econômico*, essa expansão pode incluir o serviço em tempo real de cada jornal, a *Broadcast* e o *Valor PRO* respectivamente.

Em seguida, a análise da cobertura do processo de elaboração do orçamento na televisão e no rádio também seria interessante, devido às características dos meios. Outro fator relevante é a audiência atingida por esses meios, bem superior a dos jornais.

Com base nisso, seria possível comparar as coberturas e cruzar os dados com o do público consumidor, sendo possível chegar a conclusão quanto ao acesso a esse tipo de informação por parte de determinados extratos do público. Outra vertente possível é a dos orçamentos regionais e como esses são cobertos por jornais locais.

Por fim, a pesquisa poderia também se estender à execução do orçamento. Assim, as matérias poderiam ser relacionadas a partir do debate durante a elaboração do orçamento e posteriormente a fiscalização dos gastos.

Em um caso concreto, o ano seguinte ao analisado nesta monografia serviu para uma ampla greve de servidores públicos que foi amplamente coberta pelos jornais presentes neste trabalho. Assim, seria possível relacionar o debate em torno da questão em 2011 com atos

concretos em 2012, já que na ocasião as categorias não conseguiram o reajuste salarial pleiteado.

6. Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BURKHEAD, Jesse. *Orçamento Público*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 13ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico* São Paulo: EdUsp, 1996.

MAIA, Wagner. *História do Orçamento Público*. São Paulo: Secretaria de Fazenda, 2010

PAIVA E SILVA, Jaqueline. *A Broadcast, o Mercado Financeiro e a Cobertura de Economia da Grande Imprensa* Brasília, 2002.

QUINTÃO, Aylê-Salassie Filgueiras. *O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964*. São Paulo: ed. Agir, 1987.

RENAULT, David. *O Discurso Antecipatório no Jornalismo Econômico*. Editora UnB, 1996.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANA, Arizio De. *Orçamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Financeiras , 1950.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Xª ed. Lisboa: ed. Presença, 1999

ANEXOS

Tabela de sistematização dos dados

Data	Matéria	Jornal	Fontes	Período da matéria	Tema Central	Destaque
06/abr	Hereda discute com deputados medida para agilizar emendas	Valor	Deputados em off; Jovair Arantes (Lider PTB na Câmara); Nelson Meurer (Lider PP na Câmara)	Antes do envio da LDO	Agilização da execução de emendas parlamentares	Principal da página, com foto
15/abr	Relator da LDO acusa governo de dar 'calote'	Estado de São Paulo	Marcio Reinaldo (Relator LDO); relatório da LDO de Reinaldo	Antes do envio da LDO	Pagamento de restos a pagar	Principal da página, sem foto
15/abr	Crítico do corte das emendas será relator do projeto da LDO	Valor	Márcio Reinaldo (Relator LDO);	Antes do envio da LDO	Escolha do relator da LDO; Emendas parlamentares	Principal da página, com foto
16/abr	Planalto quer deixar livres R\$ 10 bi do orçamento de 2012	Estado de São Paulo	Proposta da LDO; ministra do Planejamento, Miriam Belchior; líder do PSDB na Câmara, Rogerio Marinho (RN)	Análise da Ldo no Congresso	Diminuir rigidez do orçamento	Principal da página, com foto
16/abr	Salário mínimo pode ultrapassar valor de R\$ 620	Folha	Texto LDO; Ministra do Planejamento	Análise da Ldo no Congresso	Reajuste salário mínimo após envio LDO ao congresso	Principal (e única) da página
19/abr	Governo tenta restringir, na LDO, poder de TCU de barrar obras	Estado de São Paulo	Proposta da LDO; deputado Gilmar Machado (PT-MG), membro da CMO	Análise da Ldo no Congresso	Restringir poder do TCU para barrar obras	Menor destaque da página

19/abr	Governo quer garantir PAC sem o aval do Legislativo	Folha	Assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento; texto da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Manobra do governo para poder realizar gastos mesmo sem aprovação do congresso	Principal da página
20/abr	Oposição já ameaça paralisar Câmara	Estado de São Paulo	Deputado ACM Neto, Líder do DEM; Rubens Bueno, líder do PPS	Análise da Ldo no Congresso	Reação do congresso a desejo do governo de restringir poder do TCU	Principal da página, com foto
26/abr	Gestão Lula já agiu para reduzir poder do órgão	Folha	Texto da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Poder do Tcu para barrar obras com irregularidades	Sub
04/mar	Na LDO, governo congela benefício de servidores	Estado de São Paulo	Ministério do Planejamento; Orçamento de 2011; Projeto da Ldo de 2012;	Análise da Ldo no Congresso	Congelar benefícios de servidores públicos	Principal da página, com foto
15/jun	Relator da LDO quer obrigar execução de emendas	Valor	Marcio Reinaldo (Relator LDO)	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares	Menor destaque da página
22/jun	União terá despesa extra de até R\$ 8 bi com precatórios	Valor	Conselho da Justiça Federal; AGU; ata de julgamento do STF;	Análise da Ldo no Congresso	Despesas não previstas na Ldo com Precatórios	Manchete
24/jun	Governo adia validade de emendas para agradar base	Folha	Sem fonte explicitada	Análise da Ldo no Congresso	Concessões para votar a LDO	Menor destaque da página
28/jun	Base quer a liberação obrigatória de emendas	Estado de São Paulo	Relatório do deputado Marcio Reinaldo; Orçamento de 2011; Marcio Reinaldo (relator LDO); deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ);	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares	Maior destaque da página, com foto

28/jun	Relator limita inscrições de restos a pagar	Valor	Marcio Reinaldo (Relator LDO); relatório da LDO de Reinaldo	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares; apresentação do parecer do relator	Pé página
28/jun	Relatório obriga governo a executar parte das emendas	Folha	Relatório do deputado Marcio Reinaldo	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares	Nota no pé de página
29/jun	Texto da LDO abre brecha para fraudes	Estado de São Paulo	Relatório da LDO; Coordenador da bancada do governo na CMO, Gilmar Machado (PT-MG); técnicos do Congresso;	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo na LDO que facilitaria fraudes em diversas áreas (cultura está entre elas)	Principal da página, com foto
02/jul	Equipe econômica quer criar freio para gastos	Folha	Sem fonte explicitada	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para evitar que gastos com custeio cresçam mais que investimentos	Abre de Poder
06/jul	Aécio propõe mais controle sobre o BNDES na LDO	Valor	Relatório da LDO de Reinaldo; Consultores da CMO; Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN)	Análise da Ldo no Congresso	Emenda de Aécio que obriga governo a prever no orçamento subsídios ao BNDES	Principal da página, sem foto
09/jul	Nova versão do Orçamento abre brecha para fraudes	Folha	Texto da LDO enviado ao congresso; Texto da Ldo após alterações do Congresso; Deputado Marcio Reinaldo (PP-MG) relator da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo na Ldo que facilitaria fraudes na Cultura	Maior destaque (e única) da página
12/jul	LDO reduz fiscalização legislativa sobre obras	Valor	Assessores legislativos; técnicos do Planejamento; Márcio Reinaldo	Análise da Ldo no Congresso	LDO centraliza poderes no Executivo	Principal da página, com foto

			(relator LDO)			
13/jul	Recursos ao BNDES dependerá de aval do Congresso	Estado de São Paulo	Sem fonte explicitada	Análise da Ldo no Congresso	LDO aprova trava a financiamento do BNDES	sub
13/jul	Comissão aprova "ganho real" para os aposentados em 2012	Folha	LDO aprovada na CMO; Deputado Gilmar Machado (PT-MG); Relator LDO, deputado Marcio Reinaldo (PP-MG);	Análise da Ldo no Congresso	Reajuste de aposentadorias	Segundo maior destaque da página, sem foto
13/jul	LDO propõe prazo para TCU paralisar obra irregular	Valor	Parecer do relator da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Relatório inclui emenda que fixa prazo para que TCU interrompa obras	Principal da página, sem foto
14/jul	Dilma deve vetar emenda que trava gastos públicos	Estado de São Paulo	Texto da Ldo aprovado no Congresso; Palácio do Planalto; Economista Felipe Salto;	Análise da Ldo no Congresso	Aprovação da Ldo com trava para aumento do gasto público mas deverá ser vetada	Principal da página, com foto e chamada na capa
14/jul	LDO permite reajuste maior para aposentados	Estado de São Paulo	Texto da Ldo aprovada no Congresso; Relator da Ldo, deputado Marcio Reinaldo;	Análise da Ldo no Congresso	Aprovação da LDO com reajuste maior para aposentados	Sub
14/jul	Congresso limita transparência nas despesas com o PAC em 2012	Folha	Texto da Ldo aprovado no Congresso; Líder do governo no Congresso, Mendes Ribeiro (PMDB-RS);	Análise da Ldo no Congresso	Aprovação da LDO com dispositivo que limita fiscalização de recursos do PAC	Principal da página, com foto
14/jul	Planalto prevê dois vetos à LDO aprovada	Valor	Ldo aprovada; Deputa Mendes Ribeiro (Líder do governo no congresso); Deputado Duarte Nogueira (líder do PSDB	Análise da Ldo no Congresso	Vetos à LDO	Principal da página, sem foto

			na Câmara); ACM Neto (Líder do DEM na Câmara)			
14/jul	Aécio aposta que pressão levará Dilma a manter mudança	Valor	Senador Aécio Neves (PSDB-MG); Marcio Reinaldo (relator LDO)	Análise da Ldo no Congresso	Emenda de Aécio que obriga governo a prever no orçamento subsídios ao BNDES	Segunda da página, com foto
04/agosto	Dilma vetará meta nominal de 0,87% do PIB	Valor	Fontes da equipe econômica;	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto
13/agosto	Dilma vetará artigo que impõe redução de déficit	Estado de São Paulo	Texto da LDO; técnicos da equipe econômica	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto
15/agosto	Governo monitora emendas que elevam gastos	Valor	Assessoria do ministro da Fazenda; ofício do presidente do STF sobre reajuste dos servidores; texto de projetos de lei	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Elevação de gastos no orçamento de 2012	Principal da página, com arte
16/agosto	Veto retira de aposentado aumento real em 2012	Estado de São Paulo	Texto publicado no DO com vetos e justificativas; economista do IPEA Marcelo Caetano; Senador Paulo Paim (PT-RS); presidente da Cobap, Warley Martind;	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto e chamada na capa
16/agosto	Governo tira da lei artigos que cortavam gastos	Estado de São Paulo	Textp publicado no DO com vetos e justificativas	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Sub

16/ago	Dilma veta proposta de aumento real a aposentado	Folha	Texto publicado no DO com vetos e justificativas; Ministério do Planejamento; Deputado Paulinho da Força (PDT-SP)	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Segundo maior destaque da página, sem foto, com chamada na capa
16/ago	LDO é publicada com 32 vetos de Dilma	Valor	LDO publicada no DOU; Senado Aécio Neves (PSDB-MG); Marcio Reinaldo (relator LDO);	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto
31/ago	Juízes do STF devem ficar sem reajuste	Estado de São Paulo	Proposta de orçamento do judiciário; vice-líder do governo no congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG)	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Orçamento não terá reajuste para judiciário	Principal da página, com foto
01/set	Orçamento terá redução de investimento	Folha	Texto do Ploa; Ministra do Planejamento, Miriam Belchior	Período de Análise do Ploa	Envio do orçamento ao congresso; Investimentos do PAC e salário mínimo	Maior destaque (e única da) da página, com chamada na capa
01/set	Para indicar rigor, orçamento de 2012 reduz desconto permitido para o PAC	Valor	Texto Ploa; Ministra do Planejamento;	Período de Análise do Ploa	Investimentos do PAC; Superávit primário	Principal da página, com foto
01/set	Orçamento de 2012 ignora rigor fiscal	Estado de São Paulo	Texto Ploa; Ministra do Planejamento;	Período de Análise do Ploa	Aumento de gastos públicos indicados no orçamento	Principal da página, com foto
02/set	Governo recua no reajuste salarial do Judiciário	Estado de São Paulo	Proposta do orçamento; fonte em off (apurou o Estado); ministro Marco Aurélio Mello	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Segunda da página, sem foto

02/set	União mantém parcelamento de precatórios	Valor	AGU; Miriam Belchior, ministra do Planejamento; Conselho de Justiça Federal	Período de Análise do Ploa	Despesas não previstas na Ldo com Precatórios	Principal da página, sem foto
02/set	Aposentados ainda poderão ter ganho real, diz secretário	Folha	Secretário de Políticas Previdenciárias, Leonardo Rolim;	Período de Análise do Ploa	Reajuste de aposentadorias	Sub
02/set	Revolta do STF por aumento faz Dilma rever Orçamento	Folha	Integrantes do Supremo; Ministro Marco Aurélio Mello	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Abre de Poder, manchete
03/set	STF pede novo aumento para vigorar em 2012	Estado de São Paulo	texto de Pl enviado pelo STF ao congresso; deputados	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Principal da página, sem foto
03/set	Dilma recua e inclui reajuste salarial para juízes no Orçamento	Folha	Mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Congresso; Presidente do STF, Cesar Peluso	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Principal da página
05/set	Despesas devem manter elevação dos restos a pagar no Orçamento	Valor	Estudo do Credit Suisse	Período de Análise do Ploa	Restos a pagar (matéria é motivada por uma emenda à LDO)	Principal da página, com arte
05/set	Reajuste para judiciário fica nas mãos do Congresso	Valor	Presidente da CMO, Senador Vital do Rego; Mensagem presidencial encaminhada junto com a proposta de reajuste	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Menor destaque da página
06/set	Judiciário, em guerra por aumento, lidera gastos com pessoal	Folha	Presidente da Ajufe; líder do PT na Câmara, Candido Vaccarezza	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Principal da página

09/set	Projeto da Câmara pede reajuste de até 60% para servidor	Folha	Projeto de lei com o reajuste; Deputado do Julio Delgado (PSB-MG), quarto secretário da Câmara	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o legislativo	Principal da página, com chamada na capa
15/set	Governo afrouxará regra para convênios	Folha	Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; deputado Gilmar Machado (PT-MG)	Período de Análise do Ploa	Dispositivo que simplifica regras de convênios	Principal da página
15/set	Parlamentares cobram reajuste dos servidores	Valor	Ministra do Planejamento; Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN); Relator da LDO, Marcio Reinaldo; Deputado Gilmar Machado (PT-MG); Relator do Ploa, deputado Arlindo Chinaglia;	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial de servidores e emendas parlamentares	Principal da página, com foto
17/set	Valor de emendas sobe 371% em 6 anos	Estado de São Paulo	Relator do orçamento, Arlindo Chinaglia (PT-SP); ministra de relações institucionais, Ideli Salvatti; Texto da LDO;	Período de Análise do Ploa	Crescimento no valor das emendas parlamentares	Principal da página, com foto
21/set	Novo modelo dificulta apresentação de emendas	Valor	Um parlamentar em off; Consultor técnico da Câmara, Fidelis Santin; um especialista em orçamento (em off)	Período de Análise do Ploa	Plano Plurianual (PPA)	Uma das subs da matéria principal
22/set	Integrantes do Judiciário pedem aumento	Folha	Manifestantes do judiciário	Período de Análise do Ploa	Protesto pelo aumento salarial do judiciário	Menor destaque da página

	salarial					
24/set	Dilma resiste ao Supremo e mantém Orçamento para controlar reajustes	Estado de São Paulo	Ofício de Peluso; equipe econômica; um assessora da presidência; presidente da Associação de Magistrados, Nelson Calandra; coordenador do sindicato dos trabalhadores do judiciário e mpu, Berilo José Leão Neto; deputado Gilmar Machado (PT-MG);	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Maior destaque da página, com foto
11/out	Equipe econômica aprova rigor com as reivindicações de servidores de estatais	Valor	Fonte do alto escalão do governo; fonte de um dos grupos; fonte do segundo grupo	Período de Análise do Ploa	Reajuste de funcionários de estatais	Menor destaque da página
19/out	Dilma tem direito de mudar reajuste do judiciário, diz AGU	Estado de São Paulo	Mensagem da Agu encaminhada ao STF; ministro Cesar Peluso; dados do Ministério do Planejamento;	Período de Análise do Ploa	Reajuste de servidores do judiciário	Menor destaque da página
20/out	Relatório do Orçamento inclui receita extra	Valor	Relatório de receitas; relator do Ploa, Arlindo Chinaglia (PT-SP); deputado Rogério Marinho (PSDB-RN)	Período de Análise do Ploa	Aprovação relatório de receitas	Menor destaque da página
08/nov	Judiciário obtém apoio do PMDB para reajuste salarial	Valor	Fonte diretamente envolvida nas negociações; fonte da equipe econômica; fonte graduada	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Maior destaque da página, sem foto

			no Planalto;			
11/nov	Base amarra Planalto com emendas da Saúde	Estado de São Paulo	Parecer do relatora do Ploa, Arlindo Chinaglia; vice-líder do governo, Gilmar Machado (PT-MG); deputado Arlindo Chinaglia	Período de Análise do Ploa	Manobra para evitar corte nas emendas parlamentares	Principal da página, sem foto
17/nov	Orçamento da Cultura não será menor, diz ministra	Folha	Ministra da Cultura, Ana de Hollanda;	Período de Análise do Ploa	Redução orçamentária do Ministério da Cultura	Principal da página
22/nov	Governo eleva previsão do mínimo a R\$ 622,73	Estado de São Paulo	Ofício do Planejamento com nova previsão do INPC; Economista Felipe Salto;	Período de Análise do Ploa	Impacto da nova previsão da inflação no orçamento	Principal da página, com foto
24/nov	CCJ aprova R\$ 2 bi para reajuste do judiciário	Valor	Parecer da CCJ; Deputado Sergio Carneiro (PT-BA)	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Menor destaque da página
02/dez	Dilma reduz verba da reforma agrária, dizem PT e MST	Estado de São Paulo	Análise técnica do núcleo agrário do PT na Câmara; nota do assessor técnico da bancada, Uelton Fernandes;	Período de Análise do Ploa	Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário para 2012	Principal da página, com foto
15/dez	Congresso vai rever orçamento de 2012 do Judiciário	Estado de São Paulo	Decisão do ministro Luis Fux; texto da ação que motivou a decisão	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Menor destaque da página
16/dez	Dilma resiste a lobby por aumento do judiciário e compra briga com o PMDB	Estado de São Paulo	Presidente Dilma Rousseff; vice-presidente Michel Temer; líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves;	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Maior destaque da página, sem foto

			deputado Lúcio Bieira Lima (PMDB-BA); vice-líder do governo, Gilmar Machado (PT-MG); senador Inácio Arruda (PC do B - CE)			
21/dez	Comissão analisa relatório de obras	Valor	Relatório do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	Período de Análise do Ploa	Lista de obras a serem paralisadas	Menor destaque da página
21/dez	Relatório de obra irregular gera impasse	Valor	Senador Vital do Rego (PMDB-PB), presidente da CMO; Relatório do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP);	Período de Análise do Ploa	Lista de obras a serem paralisadas	Menor destaque da página
21/dez	Câmara tenta reajustar comissionados	Valor	Presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS); assessores do deputado;	Período de Análise do Ploa	Reajuste de comissionados do Congresso	Pé de página, com foto
22/dez	Reajuste salarial ameaça Orçamento	Valor	Senador Vital do Rego (PMDB-PB), presidente da CMO; Deputado Paulinho da Força (PDT-SP)	Período de Análise do Ploa	Reajuste salariais e para aposentados	Maior destaque da página, sem foto
23/dez	Orçamento 2012 passa, sem aumento a servidores	Estado de São Paulo	Texto da Loa; deputado Wellington Prado (PT-MG)	Período de Análise do Ploa	Aprovação da Loa sem os reajustes salariais	Maior destaque da página, com foto
23/dez	Após negociações, Congresso aprova Orçamento para 2012	Folha	Texto da Loa;	Período de Análise do Ploa	Aprovação da Loa sem os reajustes salariais	Segundo maior destaque da página, com foto
23/dez	Comissão aprova Orçamento sem reajuste	Valor	Deputado Arlindo Chinaglia, relator do Ploa;	Período de Análise	Reajuste salariais e para aposentados	Segunda da página,

	a aposentado		líderes governistas;	do Ploa		sem foto
24/dez	Gasto com pessoal ainda compromete investimentos	Estado de São Paulo	Texto da LoA; relatório do deputado Arlindo Chinaglia; ministro da Fazenda, Guido Mantega	Após aprovação da LoA	Crescimento do gasto com pessoal limita investimentos	Principal da página, com foto
31/dez	Governo deu 'bônus' de R\$ 300 milhões a parlamentares para aprovar Orçamento	Estado de São Paulo	Presidente nacional do DEM, senador José Agripino; Deputado Danilo Forte (PMDB-CE); um ministro; líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves;	Após aprovação da LoA	Liberação de emendas para aprovação do orçamento	Principal da página, com foto
Data	Matéria	Jornal	Fontes	Período da matéria	Tema Central	Destaque
06/abr	Herda discute com deputados medida para agilizar emendas	Valor	Deputados em off; Jovair Arantes (Líder PTB na Câmara); Nelson Meurer (Líder PP na Câmara)	Antes do envio da LDO	Agilização da execução de emendas parlamentares	Principal da página, com foto
15/abr	Relator da LDO acusa governo de dar 'calote'	Estado de São Paulo	Marcio Reinaldo (Relator LDO); relatório da LDO de Reinaldo	Antes do envio da LDO	Pagamento de restos a pagar	Principal da página, sem foto
15/abr	Crítico do corte das emendas será relator do projeto da LDO	Valor	Márcio Reinaldo (Relator LDO);	Antes do envio da LDO	Escolha do relator da LDO; Emendas parlamentares	Principal da página, com foto
16/abr	Planalto quer deixar livres R\$ 10 bi do orçamento de 2012	Estado de São Paulo	Proposta da LDO; ministra do Planejamento, Miriam Belchior; líder do PSDB na Câmara, Rogerio Marinho (RN)	Análise da Ldo no Congresso	Diminuir rigidez do orçamento	Principal da página, com foto

16/abr	Salário mínimo pode ultrapassar valor de R\$ 620	Folha	Texto LDO; Ministra do Planejamento	Análise da Ldo no Congresso	Reajuste salário mínimo após envio LDO ao congresso	Principal (e única) da página
19/abr	Governo tenta restringir, na LDO, poder de TCU de barrar obras	Estado de São Paulo	Proposta da LDO; deputado Gilmar Machado (PT-MG), membro da CMO	Análise da Ldo no Congresso	Restringir poder do TCU para barrar obras	Menor destaque da página
19/abr	Governo quer garantir PAC sem o aval do Legislativo	Folha	Assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento; texto da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Manobra do governo para poder realizar gastos mesmo sem aprovação do congresso	Principal da página
20/abr	Oposição já ameaça paralisar Câmara	Estado de São Paulo	Deputado ACM Neto, Líder do DEM; Rubens Bueno, líder do PPS	Análise da Ldo no Congresso	Reação do congresso a desejo do governo de restringir poder do TCU	Principal da página, com foto
26/abr	Gestão Lula já agiu para reduzir poder do órgão	Folha	Texto da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Poder do Tcu para barrar obras com irregularidades	Sub
04/mai	Na LDO, governo congela benefício de servidores	Estado de São Paulo	Ministério do Planejamento; Orçamento de 2011; Projeto da Ldo de 2012;	Análise da Ldo no Congresso	Congelar benefícios de servidores públicos	Principal da página, com foto
15/jun	Relator da LDO quer obrigar execução de emendas	Valor	Marcio Reinaldo (Relator LDO)	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares	Menor destaque da página
22/jun	União terá despesa extra de até R\$ 8 bi com precatórios	Valor	Conselho da Justiça Federal; AGU; ata de julgamento do STF;	Análise da Ldo no Congresso	Despesas não previstas na Ldo com Precatórios	Manchete
24/jun	Governo adia validade de emendas para agradar base	Folha	Sem fonte explicitada	Análise da Ldo no Congresso	Concessões para votar a LDO	Menor destaque da página
28/jun	Base quer a liberação obrigatória de emendas	Estado de São Paulo	Relatório do deputado Marcio Reinaldo; Orçamento de 2011; Marcio Reinaldo (relator LDO); deputado	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares	Maior destaque da página, com foto

			Eduardo Cunha (PMDB-RJ);			
28/jun	Relator limita inscrições de restos a pagar	Valor	Marcio Reinaldo (Relator LDO); relatório da LDO de Reinaldo	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares; apresentação do parcer do relator	Pé página
28/jun	Relatório obriga goveno a executar parte das emendas	Folha	Relatório do deputado Marcio Reinaldo	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para obrigar a execução de emendas parlamentares	Nota no pé de página
29/jun	Texto da LDO abre brecha para fraudes	Estado de São Paulo	Relatório da LDO; Coordenador da bancada do governo na CMO, Gilmar Machado (PT-MG); técnicos do Congresso;	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo na LDO que facilitaria fraudes em diversas áreas (cultura está entre elas)	Principal da página, com foto
02/jul	Equipe econômica quer criar freio para gastos	Folha	Sem fonte explicitada	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo para evitar que gastos com custeio cresçam mais que investimentos	Abre de Poder
06/jul	Aécio propõe mais controle sobre o BNDES na LDO	Valor	Relatório da LDO de Reinaldo; Consultores da CMO; Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN)	Análise da Ldo no Congresso	Emenda de Aécio que obriga governo a prever no orçamento subsídios ao BNDES	Principal da página, sem foto
09/jul	Nova versão do Orçamento abre brecha para fraudes	Folha	Texto da LDO enviado ao congresso; Texto da Ldo após alterações do Congresso; Deputado Marcio Reinaldo (PP-MG) relator da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Dispositivo na Ldo que facilitaria fraudes na Cultura	Maior destaque (e única) da página
12/jul	LDO reduz fiscalização legislativa sobre obras	Valor	Assessores legislativos; técnicos do Planejamento; Márcio Reinaldo (relator LDO)	Análise da Ldo no Congresso	LDO centraliza poderes no Executivo	Principal da página, com foto

13/jul	Recursos ao BNDES dependerá de aval do Congresso	Estado de São Paulo	Sem fonte explicitada	Análise da Ldo no Congresso	LDO aprova trava a financiamento do BNDES	sub
13/jul	Comissão aprova "ganho real" para os aposentados em 2012	Folha	LDO aprovada na CMO; Deputado Gilmar Machado (PT-MG); Relator LDO, deputado Marcio Reinaldo (PP-MG);	Análise da Ldo no Congresso	Reajuste de aposentadorias	Segundo maior destaque da página, sem foto
13/jul	LDO propõe prazo para TCU paralisar obra irregular	Valor	Parecer do relator da LDO	Análise da Ldo no Congresso	Relatório inclui emenda que fixa prazo para que TCU interrompa obras	Principal da página, sem foto
14/jul	Dilma deve vetar emenda que trava gastos públicos	Estado de São Paulo	Texto da Ldo aprovado no Congresso; Palácio do Planalto; Economista Felipe Salto;	Análise da Ldo no Congresso	Aprovação da Ldo com trava para aumento do gasto público mas deverá ser vetada	Principal da página, com foto e chamada na capa
14/jul	LDO permite reajuste maior para aposentados	Estado de São Paulo	Texto da Ldo aprovada no Congresso; Relator da Ldo, deputado Marcio Reinaldo;	Análise da Ldo no Congresso	Aprovação da LDO com reajuste maior para aposentados	Sub
14/jul	Congresso limita transparência nas despesas com o PAC em 2012	Folha	Texto da Ldo aprovado no Congresso; Líder do governo no Congresso, Mendes Ribeiro (PMDB-RS);	Análise da Ldo no Congresso	Aprovação da LDO com dispositivo que limita fiscalização de recursos do PAC	Principal da página, com foto
14/jul	Planalto prevê dois vetos à LDO aprovada	Valor	Ldo aprovada; Deputa Mendes Ribeiro (Líder do governo no congresso); Deputado Duarte Nogueira (líder do PSDB na Câmara); ACM Neto (Líder do DEM na Câmara)	Análise da Ldo no Congresso	Vetos à LDO	Principal da página, sem foto

14/jul	Aécio aposta que pressão levará Dilma a manter mudança	Valor	Senador Aécio Neves (PSDB-MG); Marcio Reinaldo (relator LDO)	Análise da Ldo no Congresso	Emenda de Aécio que obriga governo a prever no orçamento subsídios ao BNDES	Segunda da página, com foto
04/ago	Dilma vetará meta nominal de 0,87% do PIB	Valor	Fontes da equipe econômica;	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto
13/ago	Dilma vetará artigo que impõe redução de déficit	Estado de São Paulo	Texto da LDO; técnicos da equipe econômica	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto
15/ago	Governo monitora emendas que elevam gastos	Valor	Assessoria do ministro da Fazenda; ofício do presidente do STF sobre reajuste dos servidores; texto de projetos de lei	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Elevação de gastos no orçamento de 2012	Principal da página, com arte
16/ago	Veto retira de aposentado aumento real em 2012	Estado de São Paulo	Texto publicado no DO com vetos e justificativas; economista do IPEA Marcelo Caetano; Senador Paulo Paim (PT-RS); presidente da Cobap, Warley Martind;	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto e chamada na capa
16/ago	Governo tira da lei artigos que cortavam gastos	Estado de São Paulo	Textp publicado no DO com vetos e justificativas	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Sub
16/ago	Dilma veta proposta de aumento real a aposentado	Folha	Texto publicado no DO com vetos e justificativas; Ministério do Planejamento; Deputado Paulinho da Força (PDT-SP)	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Segundo maior destaque da página, sem foto, com chamada na capa
16/ago	LDO é publicada com 32 vetos de Dilma	Valor	LDO publicada no DOU; Senado Aécio Neves (PSDB-MG); Marcio Reinaldo	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Vetos à LDO	Principal da página, com foto

			(relator LDO);			
31/ago	Juízes do STF devem ficar sem reajuste	Estado de São Paulo	Proposta de orçamento do judiciário; vice-lider do governo no congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG)	Entre aprovação Ldo e envio Ploa	Orçamento não terá reajuste para judiciário	Principal da página, com foto
01/set	Orçamento terá redução de investimento	Folha	Texto do Ploa; Ministra do Planejamento, Miriam Belchior	Período de Análise do Ploa	Envio do orçamento ao congresso; Investimentos do PAC e salário mínimo	Maior destaque (e única da) da página, com chamada na capa
01/set	Para indicar rigor, orçamento de 2012 reduz desconto permitido para o PAC	Valor	Texto Ploa; Ministra do Planejamento;	Período de Análise do Ploa	Investimentos do PAC; Superávit primário	Principal da página, com foto
01/set	Orçamento de 2012 ignora rigor fiscal	Estado de São Paulo	Texto Ploa; Ministra do Planejamento;	Período de Análise do Ploa	Aumento de gastos públicos indicados no orçamento	Principal da página, com foto
02/set	Governo recua no reajuste salarial do Judiciário	Estado de São Paulo	Proposta do orçamento; fonte em off (apurou o Estado); ministro Marco Aurélio Mello	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Segunda da página, sem foto
02/set	União mantém parcelamento de precatórios	Valor	AGU; Miriam Belchior, ministra do Planejamento; Conselho de Justiça Federal	Período de Análise do Ploa	Despesas não previstas na Ldo com Precatórios	Principal da página, sem foto
02/set	Aposentados ainda poderão ter ganho real, diz secretário	Folha	Secretário de Políticas Previdenciárias, Leonardo Rolim;	Período de Análise do Ploa	Reajuste de aposentadorias	Sub
02/set	Revolta do STF por aumento faz Dilma rever Orçamento	Folha	Integrantes do Supremo; Ministro Marco Aurélio Mello	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Abre de Poder, manchete

03/set	STF pede novo aumento para vigorar em 2012	Estado de São Paulo	texto de PI enviado pelo STF ao congresso; deputados	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Principal da página, sem foto
03/set	Dilma recua e inclui reajuste salarial para juízes no Orçamento	Folha	Mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Congresso; Presidente do STF, Cesar Peluso	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Principal da página
05/set	Despesas devem manter elevação dos restos a pagar no Orçamento	Valor	Estudo do Credit Suisse	Período de Análise do Ploa	Restos a pagar (matéria é motivada por uma emenda à LDO)	Principal da página, com arte
05/set	Reajuste para judiciário fica nas mãos do Congresso	Valor	Presidente da CMO, Senador Vital do Rego; Mensagem presidencial encaminhada junto com a proposta de reajuste	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Menor destaque da página
06/set	Judiciário, em guerra por aumento, lidera gastos com pessoal	Folha	Presidente da Ajufe; líder do PT na Câmara, Candido Vaccarezza	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o judiciário	Principal da página
09/set	Projeto da Câmara pede reajuste de até 60% para servidor	Folha	Projeto de lei com o reajuste; Deputado o Julio Delgado (PSB-MG), quarto secretário da Câmara	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial para o legislativo	Principal da página, com chamada na capa
15/set	Governo afrouxará regra para convênios	Folha	Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; deputado Gilmar Machado (PT-MG)	Período de Análise do Ploa	Dispositivo que simplifica regras de convênios	Principal da página
15/set	Parlamentares cobram reajuste dos servidores	Valor	Ministra do Planejamento; Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN); Relator da LDO, Marcio Reinaldo; Deputado Gilmar Machado (PT-	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial de servidores e emendas parlamentares	Principal da página, com foto

			MG); Relator do Ploa, deputado Arlindo Chinaglia;			
17/set	Valor de emendas sobre 371% em 6 anos	Estado de São Paulo	Relator do orçamento, Arlindo Chinaglia (PT-SP); ministra de relações institucionais, Ideli Salvatti; Texto da LDO;	Período de Análise do Ploa	Crescimento no valor das emendas parlamentares	Principal da página, com foto
21/set	Novo modelo dificulta apresentação de emendas	Valor	Um parlamentar em off; Consultor técnico da Câmara, Fidelis Santin; um especialista em orçamento (em off)	Período de Análise do Ploa	Plano Plurianual (PPA)	Uma das subs da matéria principal
22/set	Integrantes do Judiciário pedem aumento salarial	Folha	Manifestantes do judiciário	Período de Análise do Ploa	Protesto pelo aumento salarial do judiciário	Menor destaque da página
24/set	Dilma resiste ao Supremo e mantém Orçamento para controlar reajustes	Estado de São Paulo	Ofício de Peluso; equipe econômica; um assessora da presidência; presidente da Associação de Magistrados, Nelson Calandra; coordenador do sindicato dos trabalhadores do judiciário e mpu, Berilo José Leão Neto; deputado Gilmar Machado (PT-MG);	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Maior destaque da página, com foto
11/out	Equipe econômica aprova rigor com as reivindicações de servidores de estatais	Valor	Fonte do alto escalão do governo; fonte de um dos grupos; fonte do segundo grupo	Período de Análise do Ploa	Reajuste de funcionários de estatais	Menor destaque da página

19/out	Dilma tem direito de mudar reajuste do judiciário, diz AGU	Estado de São Paulo	Mensagem da Agu encaminhada ao STF; ministro Cesar Peluso; dados do Ministério do Planejamento;	Período de Análise do Ploa	Reajuste de servidores do judiciário	Menor destaque da página
20/out	Relatório do Orçamento inclui receita extra	Valor	Relatório de receitas; relator do Ploa, Arlindo Chinaglia (PT-SP); deputado Rogério Marinho (PSDB-RN)	Período de Análise do Ploa	Aprovação relatório de receitas	Menor destaque da página
08/nov	Judiciário obtém apoio do PMDB para reajuste salarial	Valor	Fonte diretamente envolvida nas negociações; fonte da equipe econômica; fonte graduada no Planalto;	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Maior destaque da página, sem foto
11/nov	Base amarra Planalto com emendas da Saúde	Estado de São Paulo	Parecer do relatora do Ploa, Arlindo Chinaglia; vice-lider do governo, Gilmar Machado (PT-MG); deputado Arlindo Chinaglia	Período de Análise do Ploa	Manobra para evitar corte nas emendas parlamentares	Principal da página, sem foto
17/nov	Orçamento da Cultura não será menor, diz ministra	Folha	Ministra da Cultura, Ana de Hollanda;	Período de Análise do Ploa	Redução orçamentária do Ministério da Cultura	Principal da página
22/nov	Governo eleva previsão do mínimo a R\$ 622,73	Estado de São Paulo	Ofício do Planejamento com nova previsão do INPC; Economista Felipe Salto;	Período de Análise do Ploa	Impacto da nova previsão da inflação no orçamento	Principal da página, com foto
24/nov	CCJ aprova R\$ 2 bi para reajuste do judiciário	Valor	Parecer da CCJ; Deputado Sergio Carneiro (PT-BA)	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Menor destaque da página
02/dez	Dilma reduz verba da reforma agrária, dizem PT e MST	Estado de São Paulo	Análise técnica do núcleo agrário do PT na Câmara; nota do assessor técnico da bancada, Uelton	Período de Análise do Ploa	Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário para 2012	Principal da página, com foto

			Fernandes;			
15/dez	Congresso vai rever orçamento de 2012 do Judiciário	Estado de São Paulo	Decisão do ministro Luis Fux; texto da ação que motivou a decisão	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Menor destaque da página
16/dez	Dilma resiste a lobby por aumento do judiciário e compra briga com o PMDB	Estado de São Paulo	Presidente Dilma Rousseff; vice-presidente Michel Temer; líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves; deputado Lúcio Bieira Lima (PMDB-BA); vice-líder do governo, Gilmar Machado (PT-MG); senador Inácio Arruda (PC do B - CE)	Período de Análise do Ploa	Reajuste salarial do judiciário	Maior destaque da página, sem foto
21/dez	Comissão analisa relatório de obras	Valor	Relatório do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	Período de Análise do Ploa	Lista de obras a serem paralisadas	Menor destaque da página
21/dez	Relatório de obra irregular gera impasse	Valor	Senador Vital do Rego (PMDB-PB), presidente da CMO; Relatório do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP);	Período de Análise do Ploa	Lista de obras a serem paralisadas	Menor destaque da página
21/dez	Câmara tenta reajustar comissionados	Valor	Presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS); assessores do deputado;	Período de Análise do Ploa	Reajuste de comissionados do Congresso	Pé de página, com foto
22/dez	Reajuste salarial ameaça Orçamento	Valor	Senador Vital do Rego (PMDB-PB), presidente da CMO; Deputado Paulinho da Força (PDT-SP)	Período de Análise do Ploa	Reajuste salariais e para aposentados	Maior destaque da página, sem foto
23/dez	Orçamento 2012 passa, sem aumento a servidores	Estado de São Paulo	Texto da Loa; deputado Wellington Prado (PT-MG)	Período de Análise do Ploa	Aprovação da Loa sem os reajustes salariais	Maior destaque da página, com foto

23/dez	Após negociações, Congresso aprova Orçamento para 2012	Folha	Texto da Loa;	Período de Análise do Ploa	Aprovação da Loa sem os reajustes salariais	Segundo maior destaque da página, com foto
23/dez	Comissão aprova Orçamento sem reajuste a aposentado	Valor	Deputado Arlindo Chinaglia, relator do Ploa; líderes governistas;	Período de Análise do Ploa	Reajuste salariais e para aposentados	Segunda da página, sem foto
24/dez	Gasto com pessoal ainda compromete investimentos	Estado de São Paulo	Texto da Loa; relatório do deputado Arlindo Chinaglia; ministro da Fazenda, Guido Mantega	Após aprovação da Loa	Crescimento do gasto com pessoal limita investimentos	Principal da página, com foto
31/dez	Governo deu 'bônus' de R\$ 300 milhões a parlamentares para aprovar Orçamento	Estado de São Paulo	Presidente nacional do DEM, senador José Agripino; Deputado Danilo Forte (PMDB-CE); um ministro; líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves;	Após aprovação da Loa	Liberação de emendas para aprovação do orçamento	Principal da página, com foto